



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Pedro Bolzan Mazzuco

**A ECONOMIA POLÍTICA DO BREXIT**

Florianópolis

2017

Pedro Bolzan Mazzuco

## **A ECONOMIA POLÍTICA DO BREXIT**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia da Fonseca Ferreira Arienti

Florianópolis

2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A Banca Examinadora, nomeada pela Coordenação de Monografia, resolve atribuir a nota **9** ao aluno Pedro Bolzan Mazzuco, após a apresentação do trabalho intitulado “A Economia Política do Brexit” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia da Fonseca Ferreira Arienti  
Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Brena Paula Magno Fernandez  
Membro

Prof. Dr. Michele Romanello  
Membro

## RESUMO

O referendo do dia 23 de junho de 2016 no Reino Unido ficou mundialmente conhecido por simbolizar a escolha pela saída da União Europeia, a escolha pelo Brexit. Sendo um estudo de caso, o presente trabalho busca apresentar as razões que levaram a população britânica a escolher por esse posicionamento ao invés da permanência. Para tanto, será estabelecido uma explanação de diversos motivos buscando demonstrar como cada um interferiu na vida da população e como possivelmente esses motivos levaram a escolha. Assim inicialmente far-se-á uma explanação sobre o contexto histórico e os objetivos do trabalho, como o objetivo de situar a situação colocada. Posteriormente será feito um embasamento teórico sobre a temática que envolve o assunto de integração e euroceticismo e como isso se encaixa no assunto. Após isso, iniciará a análise econômica do Reino Unido detalhando seus pontos positivos e negativos de forma a montar um cenário atual do país. Dando sequência serão apresentados os fatores sociais para assim demonstrar quais motivadores afetavam o cotidiano do britânico. Subsequentemente, será dada atenção os elementos políticos e de que forma esses tiveram atuação sobre o caso para dessa forma contemplar também o espectro mais intangível da decisão. Por fim, objetivando atingir os objetivos foram utilizados dados oficiais, mas também jornalísticos além de entrevistas e matérias em meios digitais. Baseado nessa análise pode-se inferir que cada um dos motivos econômico, social e político teve parte na ponderação da escolha do povo, mas que no final o que prevaleceu foi a falta de informação consistente sobre o quão benéfico era a permanência somado a uma ausência de sentimento de coletividade por parte dos britânicos.

**Palavras-chave:** Brexit; razões econômicas; razões políticas; razões sociais;

## **ABSTRACT**

The referendum on June 23, 2016 in the United Kingdom became known worldwide for symbolizing the choice for leaving the European Union, the choice for Brexit. As a study case, this work seeks to present the reasons that led the British population to choose the leaving instead of staying. To do so, an explanation of several reasons will be established to demonstrate how each one interfered in the life of the population and how these reasons led to that choice. This will be, initially, an explanation of the historical context and the objectives of the work. Subsequently a theoretical basis will be placed about the theme that involves as subject both Integration and Euroscepticism and how this fits into this work. After that, it will begin the analysis on the UK's economics, detailing its strengths and weaknesses in order to set up the today's scenario. On the sequence will be shown the social factors to demonstrate which motivating factors affected the daily life of the British people. Subsequently, the work will treat about political elements and how they have acted on the case to, thereby, also contemplate an intangible spectrum of the decision. Methodologically, in order to achieve the objectives were used governmental and journalistic data, as well as interviews and subjects in digital media. Finally, based on the analysis it can be inferred that each economic, social and political motive had part in the consideration of the people's choice, but that in the end what prevailed was the lack of consistent information on how beneficial was the permanence added to an absence of feeling of collectivity on the part of the British.

**Keywords:** Brexit; economic reasons; political reasons; social reasons.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

EUA – Estados Unidos da América

£ - Libra Esterlina

PIB – Produto Interno Bruto

OIs – Organizações Internacionais

UE – União Europeia

UKIP – United Kingdom Independence Party

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Reino Unido de 1971 a 1980 em porcentagem relativa ao período anterior em Libras Esterlinas (dividido em quadrantes).....	26
Gráfico 2 – Porcentagem sobre o PIB do Superávit provindo da exportação de serviços financeiros no Reino Unido de 1997 a 2016. ....	32
Gráfico 3 – 10 principais parceiros comerciais do Reino Unido em 2015: valor total de importados por país em milhões de Libras Esterlinas.....	377
Gráfico 4 – 10 principais parceiros comerciais do Reino Unido em 2015: valor total de exportados por país em milhões de Libras Esterlinas.....	38
Gráfico 5 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto Anual da União Europeia em Euro de 1996 a 2016.....	39
Gráfico 6 – Taxa de crescimento do produto Interno Bruto do Reino Unido (em relação ao ano anterior) em Libras Esterlinas de 1996 a 2016.....	40
Gráfico 7 – Taxa de desemprego no Reino Unido 2006 a 2016 - porcentagem em relação ao total da população britânica.....	43
Gráfico 8 – Taxa de inflação no Reino Unido 2006 a 2016 em relação ao poder de compra do período anterior. ....	44
Gráfico 9 – Endividamento do Governo Britânico em porcentagem do Produto Interno Bruto do Reino Unido de 2006 a 2016. ....	46
Gráfico 10 – Valor da Libra Esterlina em relação ao Dólar dos Estados Unidos de 2006 a 2016. ....	47
Gráfico 11 – Balança Comercial do Reino Unido em milhões de Libras Esterlinas de 2006 a 2016. ....	48
Gráfico 12 – Migração líquida no Reino Unido, em milhares, de 1975 a março de 2017. ....	53

Gráfico 13 – Distribuição percentual de cada grupo de trabalhadores nas principais funções dentro das empresas e na economia no Reino Unido até 2012. ....	55
Gráfico 14 – Criação de postos de trabalho e reposição de aposentados no Reino Unido de 2010 em projeção até 2020. ....	56
Gráfico 15 – Preço médio de residências no Reino Unido em Libras Esterlinas de janeiro de 2006 a dezembro de 2016.....	58
Gráfico 16 – Total da população nascida no exterior em milhões de 1993 a 2015. ..	61
Gráfico 17 – Percentual de pessoas que consideram ter algum nível de preconceito “racial” de 1983 a 2013 .....	64
Gráfico 18 – Disposição do sentimento nacionalista em percentual sobre a população de diferentes países na Europa. ....	81

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado do Referendo da União Europeia.....	12
Quadro 2 – Reivindicações de benefício de migrantes recentes no Reino Unido em 2012. ....	61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>2 CAPÍTULO I – REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 TEORIA DE INTEGRAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 TEORIA EUROCÉTICA .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 ABORDAGENS GERAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>3 CAPÍTULO II – AS CAUSAS ECONÔMICAS .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 A LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ANOS 1970/1980 .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 AUSÊNCIA DA EVOLUÇÃO PARA A ECONOMIA DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>30</b>
3.2.1 A Economia do Conhecimento .....	30
3.2.2 Caso do Reino Unido .....	30
<b>3.3 TRATADOS ECONÔMICOS EUROPEUS E O BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>33</b>
3.3.1 Tratado constitutivo e normas para prática econômica .....	34
3.3.1.1 Tratado de Maastricht .....	34
3.3.1.2 Transferências para auxílio mútuo na UE .....	35
3.3.2 Crescimento Econômico Reduzido .....	38
<b>3.4 A CRISE ECONÔMICA DOS <i>SUBPRIME</i> E SEU REFLEXO NA EUROPA .....</b>	<b>41</b>
3.4.1 Causa da crise .....	41
3.4.2 Início da crise e seu alastramento pela Europa e Reino Unido .....	42
<b>3.5 <i>WELFARE STATE</i> E A SITUAÇÃO ATUAL NO REINO UNIDO .....</b>	<b>45</b>
3.5.1 Problemas econômicos .....	45
<b>4 CAPÍTULO III – AS CAUSAS SOCIAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>4.1 REDUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS .....</b>	<b>50</b>
4.1.1 Desemprego .....	51
4.1.2 Inflação.....	51
<b>4.2 IMIGRAÇÃO .....</b>	<b>52</b>
4.2.1 Imigração em números .....	53
4.2.2 Distribuição e quantidade de empregos .....	54
4.2.3 Aumento do custo de moradia .....	57
4.2.4 Benefícios versus contribuição .....	59
4.2.4.1 Finanças públicas e o <i>Welfare State</i> .....	59

4.2.5 Xenofobia .....	62
4.2.6 A situação dos Emigrados do Reino Unido na UE .....	65
<b>5 CAPÍTULO IV – AS CAUSAS POLÍTICAS .....</b>	<b>66</b>
<b>5.1 INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO À UE.....</b>	<b>66</b>
5.1.1 Incerteza sobre o British Rebate.....	66
5.1.2 O custo da União Europeia .....	67
5.1.3 Crítica à burocracia de Bruxelas – regulamentação das bananas .....	69
<b>5.2 MUDANÇAS NA ESFERA POLÍTICA .....</b>	<b>69</b>
5.2.1 Partidos Europeus de Direita.....	70
5.2.1.1 Caso Inglês – o UKIP .....	70
5.2.1.2 Retomada do poder pelo Partido Conservador.....	72
5.2.2 Declaração de Tony Blair .....	73
5.2.3 O uso da mídia como instrumento político .....	74
<b>5.3 CULTURA BRITÂNICA .....</b>	<b>75</b>
5.3.1 Perda de Identidade Britânica .....	78
5.3.2 Falta de identificação com a Europa .....	80
5.3.3 Opinião popular – entrevista com eleitores pró-saída .....	81
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO B.....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO C.....</b>	<b>102</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde de 1973, o Reino Unido, termo que no presente trabalho também será sinônimo para Grã-Bretanha<sup>1</sup>, passou a fazer parte daquilo que viria a se tornar o que hoje se chama União Europeia. Essa união se deu pela assinatura dos Tratados de Adesão da Comunidade Europeia em 22 de janeiro de 1972.

Segundo o site oficial da União Europeia, a sua formação se deu inicialmente pela criação da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1958, integrando a Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e o Reino dos Países Baixos. Posteriormente, essa união prosperou, levando ao grande mercado comum reconhecido hoje mundialmente.

Com intuito de dar clareza e diferenciar as diferentes instituições que compõem a união Europeia assim como os acordos que a estruturam, é necessário colocar um adendo diferenciando a Área da União Europeia, a Área do Acordo Schengen e a Zona do Euro. Para o caso britânico ainda a ser trabalhado, é importante ser colocado que o Reino Unido fazia parte da União Europeia, porém, nem fazia parte do Acordo Schengen e nem da Zona do Euro, portanto não estava sujeito as mesmas dinâmicas do resto do Bloco no sentido das questões afetadas por tais instituições.

Durante muitos anos, a União Europeia proporcionou crescimento e prosperidade aos seus membros. No entanto, nas últimas décadas, principalmente no contexto pós-Guerra Fria, a economia internacional e, conseqüentemente, a União Europeia, passaram por diversas mudanças, principalmente, pelo aumento da interdependência entre os países e o surgimento e o alastramento da crise dos *subprime* no sistema financeiro dos Estados Unidos. A Europa se viu profundamente envolvida com endividamento de países mais frágeis dentro do bloco europeu e com engessamento econômico promovido pelos acordos intrabloco (OSÓRIO, 2016). Esse cenário refletiu no Reino Unido através de uma crise econômica, elevação do

---

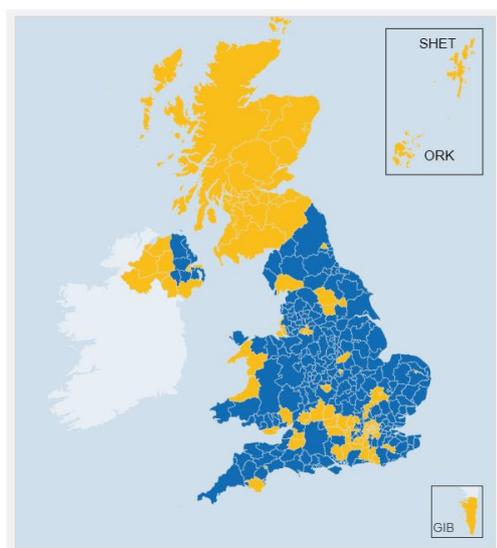
<sup>1</sup> O Reino Unido é composto pela Escócia, País de Gales, Inglaterra e Irlanda do Norte. A Grã-Bretanha é composta apenas pela Escócia, País de Gales e Inglaterra.

desemprego e o aumento dos problemas com a seguridade social britânica (que já se acumulavam há anos). Além disso, com a recente onda de refugiados para o bloco europeu, causada pelos diversos conflitos no mundo árabe, o Reino Unido e a Europa, como um todo, passaram a ter que lidar com novas situações envolvendo pessoas e cultura.

Durante a disputa eleitoral de 2014, o Partido Conservador do levantou a questão sobre o que fazer para recolocar o Reino Unido novamente no caminho da prosperidade, propondo um referendo popular sobre o desejo de permanência da Grã-Bretanha na União Europeia. A resposta nacionalista proposta pelo Partido Conservador para os problemas enfrentados foi bem recebida pela população e o Partido saiu vitorioso no pleito. Assim, o referendo prometido, conhecido como Brexit, ocorreu no dia 23 de junho de 2016.

O Referendo da União Europeia, como foi chamado oficialmente, segundo o site da BBC (seção sobre EU Referendum), teve comparecimento de 72% dos mais de 46 milhões de eleitores do Reino Unido e seu resultado foi o seguinte:

Quadro 1 – Resultado do Referendo da União Europeia



**Azul: Maioria pela Saída**

**Amarelo: Maioria pela Permanência**

**51,9% votaram pela saída**

**48,1% votaram pela permanência**

**Rejeição de mais de 26 mil votos.**

Fonte: *BBC/ EU Referendum*

Esse referendo, como é mundialmente sabido, teve como resultado a escolha pela saída, apesar da pequena diferença nas urnas. A partir dessa data, o governo britânico tem feito os ajustes e negociações para efetivar a vontade popular.

O objetivo geral do presente trabalho é analisar o contexto econômico, social e político no qual ocorreu a decisão pela saída do Reino Unido da União Europeia, buscando elementos que justifiquem a decisão tomada.

Além disso, quando se leva em consideração a importância de que a pesquisa acadêmica brasileira também se envolva com a busca pela compreensão dos separatismos e nacionalismos e do empoderamento dos partidos de direita na atual Europa e de que forma isso pode impactar a vida da população, justifica-se a necessidade de promoção de pesquisa acadêmica brasileira nesse sentido.

## 1.2 METODOLOGIA

A fim de alcançar tal objetivo, o presente trabalho busca articular três frentes:

- (1) Análise do ambiente econômico britânico no contexto pós crise de 2008 dentro da UE, buscando associar as formas pelas quais as mudanças acarretadas pela crise afetaram a alteração da percepção previamente positiva quanto à permanência na UE.
- (2) Análise dos reflexos das mudanças socioeconômicas em relação ao sentimento de frustração da sociedade com a permanência na UE.
- (3) Análise da ascensão ao poder de partidos de direita, como resposta ao sentimento de frustração com a permanência na EU.

De início, buscou-se fazer um levantamento de dados em fontes primárias - em artigos de jornais e revistas e sites de pesquisa, de senso e de índices socioeconômicos, principalmente online, de veiculação nacional e mundial - e secundárias, em artigos de críticos e de estudiosos do assunto, sendo tais dados usados como fundamentação teórica para análise estrutural do contexto do trabalho. É importante ressaltar também que, devido à contemporaneidade do assunto, ainda

não há muitas análises teóricas disponíveis. Portanto, para a realização do trabalho, utilizou-se também de pesquisa em material jornalístico e declarações de políticos envolvidos.

Por fim, o presente trabalho está organizado em quatro capítulos, além dessa introdução. O próximo capítulo aborda os aspectos teórico que envolveram a entrada do Reino Unido na União Europeia. O terceiro capítulo procura delinear o cenário econômico no qual a decisão sobre o Brexit foi tomada. O quarto e o quinto capítulos buscam entender o contexto social e político, respectivamente, nos quais ocorreu a decisão de saída da União Europeia. Por fim, o último capítulo apresenta as conclusões do trabalho.

## **2 CAPÍTULO I - REVISÃO TEÓRICA**

Para trabalhar o contexto abordado no presente trabalho, faz-se necessário abordar as teorias que corroboram com as análises práticas que se darão nos capítulos seguintes. Portanto, o capítulo atual se dividirá em três partes e se baseará em textos acadêmicos que têm o objetivo apresentar resumidamente as linhas de pensamento que irão se contrapor no decorrer do trabalho.

Neste capítulo falar-se-á sobre as teorias que abordam a integração sob a égide de organizações internacionais, focando na União Europeia (UE), a Teoria de Integração (seção 2.1). Para tanto, essa parte da abordagem se baseará na argumentação do livro “Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL” de Karine de Sousa e Silva e Rogério Santos Costa.

Em contraposição, falar-se-á também da teoria que estabelece o argumento contrário a tal organização, a Teoria Eurocética (seção 2.2), que estabelece os parâmetros para o termo, euroceticismo, além de classificar as causas de origem e como possivelmente essa perspectiva se desenvolve dentro das sociedades dos países membros da União Europeia.

Por fim, a fim de para contemplar outras visões teóricas, será apresentado um levantamento feito pelo professor da London School of Economics, Professor Dr. Tim Oliver, com o objetivo de permitir uma ampliação da possibilidade de análise (seção 2.3).

### **2.1 TEORIA DE INTEGRAÇÃO**

Dentre as teorias de integração, aquela que mais se adequa ao objetivo aqui proposto são as teorias de formação de organizações de integração regional, sendo a União Europeia seu mais desenvolvido representante. Nesse contexto, explanar-se-á sobre os princípios de formação, os passos para seu desenvolvimento e como estes funcionam enquanto instituição.

Para Pastor Ridruejo (1995, apud Silva 2013, p. 17), as diversas tentativas de classificação demonstram que há pouco consenso teórico sobre o que são essas

organizações. No entanto, as mesmas têm algumas características essenciais, tais como: “caráter voluntário, interestatalidade, composição de um sistema orgânico permanente, autonomia na tomada de decisões, competência própria no âmbito de determinadas matérias e cooperação internacional institucionalizada”.

As organizações de Integração Regional se transformaram em tendência a partir da década de 1950, e para Silva (2013, pg. 17) o melhor ângulo de análise se coloca com a seguinte definição de Díez de Velasco (2010):

(...) associações voluntárias de Estados estabelecidas por acordos internacionais, dotados de órgãos permanentes, próprios e independentes, encarregadas de gerir interesses e capazes de expressar uma vontade juridicamente distinta da de seus membros.<sup>2</sup>

Silva (2013) ainda coloca que esses novos atores no cenário internacional têm vontade jurídica para alcançar objetivos coletivos e representam um esforço civilizatório por parte dos Estados no sentido de institucionalizar e perpetuar a cooperação.

Para Silva (2013), as Organizações Internacionais (OIs), de forma geral, exercem função de destaque quando atuam junto aos membros clássicos do sistema internacional, os Estados-Nação. A autora ainda acrescenta que tais Estados sofreram com uma grande perda em sua primazia dentro do sistema, principalmente pela intensificação das relações comerciais, e que essa importância tem sido passada para as OIs. Dessa maneira, segundo Habermas (2002, apud Silva, 2013, p. 19), “continuará avançando o esvaziamento da soberania de Estados Nacionais”. Além disso, ainda é colocado que isso criará a necessidade da participação dos Estados em organizações supranacionais.

Contudo, Silva (2013) coloca que, apesar dessa diminuição de soberania, foram os Estados que permitiram a criação e existência das instituições supranacionais e que os mesmos ainda são “o eixo gravitacional” do sistema,

---

<sup>2</sup> Díez de Velasco (2010 pg. 43).

referindo-se a estes como a base para a estrutura internacional, tanto estrutural quanto jurídica, que possibilita a existência das organizações.

De toda forma, focando nas organizações de integração regional, Silva (2013) descreve que a Europa, em seu projeto de integração, foi pioneira enquanto bloco, a iniciar um movimento que tentasse formular respostas comuns e criar “capacidades de proteção mútua” no sentido de se proteger de ameaças externas. Nesse bloco, segundo a autora, existe uma iniciativa de um modelo de federalização dos Estados participantes, e sua formação foi bastante pautada pelo desenvolvimento das relações internacionais que surgiram a partir do fenômeno da globalização. Esse processo de formação deu-se da seguinte forma: primeiro, através de uma integração em termos econômicos, com o estabelecimento de uma organização, nos termos neoclássicos da economia; segundo, em termos sociais e culturais, através de intercâmbios (em seu sentido amplo) e da criação de políticas comuns; terceiro e menos avançado, segundo a autora, o desenvolvimento de uma sociedade transnacional, pois as identidades nacionais ainda são muito fortes.

Assim, para que ocorra uma integração econômica como a da União Europeia, alguns princípios são fundamentais para sua estruturação. Dentre eles, figuram as quatro liberdades: liberdade de circulação de bens, de serviços, de pessoas e de capitais. Baseando-se nelas foi possível a criação de acordos que permitiram a interdependência econômica para atingir a união econômica total (união monetária financeira social cuja execução está a cargo da UE). Essa integração é vista também como crucial para o posicionamento mais competitivo diante das mudanças na economia em escala global, como, por exemplo, o crescimento exponencial do mercado asiático ou a globalização em si.

Dentre as linhas de pensamento que fundamentaram a integração europeia, podem-se citar, segundo Silva (2013): o Funcionalismo, o Federalismo, o Neofuncionalismo, o Intergovernamentalismo, o Intergovenamentalismo Liberal, o Neoinstitucionalismo, o Institucionalismo e o Construtivismo. Contudo, em sua explicação a autora coloca que aqueles que explicam e fundamentam o avanço da organização europeia são quatro, de acordo com Silva (2013):

1. O Funcionalismo se baseia numa visão positiva da natureza humana, acreditando num progresso natural da humanidade, que eventualmente viveria em paz através da cooperação e do direito internacional. Que foi a ideia inicial para a EU, que busca a integração dos povos.
2. O Federalismo é dado como um projeto político onde a criação de uma união teria o propósito de integrar diferentes identidades, sem assimilá-las, fazendo-as coexistirem em harmonia. Foi um dos objetivos primários da EU em unir todos as nações sob uma única entidade.
3. O Neofuncionalismo, por sua vez, se utiliza da política como chave, de forma que, com o desenvolvimento da política, as instituições supranacionais viriam a se tornar naturalmente mais integradas, até uma integração total. Fundamento para o desenvolvimento das estruturas políticas (executivo, judiciário e legislativo) nacionais para a integração.
4. O Intergovernamentalismo, diferente dos anteriores, tem raiz realista e, portanto, vê os estados como atores predominantes – nesse viés, as OIs seguem a vontade dos Estados e não alteram a natureza dos mesmos, sendo que tais organizações estariam “à disposição” desses atores clássicos que as mantêm, uma vez que as mesmas cumprem uma função que se encaixa com seus objetivos internos<sup>3</sup>.

## 2.2 TEORIA EUROCÉTICA

Segundo Helle Hansen (2008), o euroceticismo passou a fazer parte da discussão pública e acadêmica nos anos de 1990 e a expressão tem sua origem como sendo sinônimo do termo “*anti-marketeters*”, relacionado aos opositores da participação da Grã-Bretanha na integração europeia dos anos de 1960. Segundo Marks (2007, apud Hansen, 2008), o uso da palavra cético no termo é interpretado

---

<sup>3</sup> Essa última vertente é bastante importante para o que será tratado no presente trabalho, já que se alinha com o que tem acontecido no presente.

como “uma atitude de dúvida ou a disposição de descrença”<sup>4</sup>. Além disso, McLaren (2007, apud Hansen, 2008) coloca que, quando analisado o termo em relação à opinião pública quanto a esse determinado assunto, pode ser entendido como oposição ao projeto europeu, por causa do medo da ameaça simbólica que este apresentava em relação à comunidade nacional. Para justificar isso, dentro de sua análise inicial Hansen (2008) também coloca que a população sempre se demonstrou pouco entusiasmada com a União Europeia, e que isso pode ser visto em praticamente todos os resultados das votações, com números sempre abaixo do resto dos países da UE. Esses conceitos serão importantes para corroborar na existência de um medo da própria integração entre as nações e em como são colocadas as informações para a população de forma a convergir num posicionamento eurocético.

Para dar parâmetros ao significado do termo, Hansen (2008, pag. 25) classifica da seguinte forma: “O ceticismo, a dúvida ou a falta de satisfação para com o projeto europeu adquiriram muitos rótulos e definições como europessimismo, eurofobia, eurocrítica, etc que, como o eurocepticismo, não são conceitos muito específicos”. Dessa maneira, o termo, segundo Flood (2002, apud Hansen, 2008), carrega o significado de dúvida e desconfiança sobre todo o assunto da integração, enquanto que Harmsen (2005, apud Hansen, 2008) define fundamentalmente como uma aversão à UE, sendo esta diretamente relacionada ao povo britânico, onde o fenômeno é mais intenso; assim, o autor rejeita a ampla abordagem de Flood. Já para um terceiro autor citado por Hansen, George (2000), a definição de euroceticismo deve ser considerada em três níveis: o primeiro são as incertezas quanto à forma que a integração tem tomado; o segundo são as dúvidas sobre os benefícios e a conveniência de mais integração; e o terceiro são as hostilidades ao projeto europeu como um todo.

O euroceticismo pode também ser dividido em dois, segundo Hansen: ele pode ser *hard* (forte) ou *soft* (brando). Nesse contexto, a autora coloca que segundo a teoria de Taggart e Szczerbiak (2002, apud Hansen, 2008), seria mais fácil para a

---

<sup>4</sup> Tradução própria.

compreensão a divisão do euroceticismo em dois, o primeiro uma postura contingencial ou de oposição qualificada e o segundo um princípio direto de oposição – *soft* e *hard*, respectivamente – em relação à integração europeia. Dessa forma, é disposta a seguinte explicação dos autores Taggart e Szczerbiak (2002, p. 4, apud Hansen, 2008, p. 28) acerca do euroceticismo *hard*:

(...) uma oposição de princípio à UE e a integração europeia pode ser vista em partidos [ou no público] que acreditam que os seus países devem se retirar da adesão, ou então, suas políticas em relação à UE são equivalentes a se opor a todo o projeto de integração europeia, como é atualmente concebida.<sup>5</sup>

Enquanto que o *soft*, segundo Taggart e Szczerbiak (2002, p. 4, apud Hansen, 2008, p. 28-29), se caracteriza por:

(...) onde não há uma objeção, em princípios, à integração europeia ou adesão à EU, mas onde as preocupações em relação à uma, ou várias, área políticas levam à expressão de oposição qualificada à UE, ou onde existe a sensação de que o "interesse nacional" estão em desacordo com a trajetória da UE.<sup>6</sup>

Além desses pontos, Helle Hansen (2008) aponta alguns fatores relacionados aos problemas práticos colocados pelos eurocéticos para justificar tal posicionamento e, dentre eles, talvez o mais importante para ser citado seja o déficit democrático do sistema. Para justificar seu ponto, a autora coloca que, ao longo do tempo, enquanto o sistema de integração europeu ganhava maior complexidade, ele passou a se desligar de diretrizes democráticas.

Explicando melhor, seguindo nesse viés, Hansen (2008) propõe uma explicação em cinco pontos baseados no pensamento de Follesdal e Hix (2005). O primeiro se refere ao aumento do poder do executivo, em detrimento ao poder dos parlamentos nacionais; o segundo fala que o Parlamento Europeu tem pouco poder de fato, mesmo sendo o único órgão eleito diretamente, se comparado ao Conselho,

---

<sup>5</sup> Tradução própria.

<sup>6</sup> Tradução própria.

por exemplo; o terceiro é que as eleições do Parlamento Europeu, apesar de esse órgão ter crescido em importância, ainda ficam em segundo plano, se comparadas às nacionais (significando que as políticas nacionais ainda têm primazia); o quarto advoga no sentido de que as instituições integrantes do projeto europeu estão muito distantes do cidadão e que suas políticas as distanciam ainda mais; e por último é colocado que as políticas da UE, muitas vezes, não são apoiadas pelo cidadão comum europeu, pois as características liberais do mercado comum europeu criaram uma ruptura em relação à opinião de seus cidadãos, uma vez que estes aparentam preferir uma economia mais regulada e social.

Para uma análise completa da teoria eurocética, é proposto também que se observe o impacto da integração sobre a soberania nacional dos Estados participantes, esta que, segundo McCormick (2005, apud Hansen, 2008, p. 38), é normalmente definida pelo direito do exercício da autoridade. Esse ponto será importante no decorrer do presente trabalho para compreender um dos motivadores do voto pela saída.

Nesse sentido, Helle Hansen (2008), em sua tese, enfatiza que a preocupação dos cidadãos europeus com a perda de suas identidades nacionais é diretamente ligada à “força” de sua soberania. Para se fazer entender, a autora coloca que, dentro da teoria de análise social proposta, existe o pensamento que estabelece que a soberania é um jogo de soma zero, onde um aumento no poder da UE é necessariamente uma diminuição na soberania do Estado em questão – tal pensamento se opõe, como é colocado pela autora, ao pensamento de que participar de uma organização multinacional, na verdade, aumenta a influência do Estado e, conseqüentemente, sua soberania.

### 2.3 ABORDAGENS GERAIS

Em seu artigo de 2017 para a London School of Economics, intitulado “Theory and Brexit: can theoretical approaches help us understand Brexit? ”, o Professor Dr. Tim Oliver argumenta que existem diversas formas de analisar o processo que levou

ao Brexit e qual direção tal processo ainda tomará. No artigo, ele explana sobre a existência de cinco possíveis linhas teóricas de análise, as quais serão usadas ao longo do presente trabalho, de forma direta ou indireta, para explicar tomadas de decisão tanto políticas quanto econômicas ou mesmo sociais, sendo dispostas a seguir tais linhas teóricas.

Neorrealista: segundo o autor, a teoria realista discorre sobre a distribuição de poder entre os atores do sistema. No caso do Neorrealismo, observa-se o acréscimo das linhas de conduta dos tomadores de decisão quando os mesmos calculam o que pode vir a ser de maior interesse para sua nação.

No caso do Reino Unido e do Brexit, Oliver (2017) coloca, de forma sintetizada, que as capacidades materiais (militar e econômica) são importantes, mas que sozinhas não levariam à situação separatista que se coloca hoje, inferindo que há maior interesse pela união do que pela separação por ambos os lados (Reino Unido e União Europeia).

Construtivista: aqui, o professor coloca que tal corrente se refere à importância das normas e convenções tidas como norte para cada população, tendo assim um foco maior nas identidades culturais. Dessa maneira, a explicação para o Brexit é depositada num conceito onde a autoimagem da Grã-Bretanha, para seu povo, é de ser ainda uma grande potência com um importante parlamentarismo soberano, que deve se afastar das novas imposições vindas do Parlamento Europeu.

Burocrática: nessa abordagem, Tim Oliver (2017) aponta a forma como os políticos, tanto britânicos quanto os da União Europeia, se posicionaram, focalizando a diferença e oposição entre as políticas internas e externas do país. Além disso, tal linha teórica se formata por negociações, compromissos e debates, principalmente nos campos político e econômico. Isso é colocado para explicar o posicionamento da população, que é representada no governo e que, em sua maioria, era desejosa de uma mudança na colocação do Reino Unido dentro da União Europeia e de que forma tal posição era, ou não, mais benéfica para a sociedade – seja na forma da lei, dos costumes ou da própria relação com outros países.

Cognitiva: o autor coloca que, diferentemente do Construtivismo, que cria uma explicação baseada em uma análise ampla da situação como um todo, a Análise Cognitiva se aprofunda no *mind-set* (psicológico) dos tomadores de decisão. Isso quer dizer que para entender como se deu o processo desenrolado até então, é necessário observar como estão colocadas as diferentes ideologias no panorama político internacional e quais representantes irão se utilizar de qual. Essa vertente de análise se coloca mais para uma possível análise de eventos futuros, os quais o presente trabalho não tem o propósito de versar sobre.

Jogos de Dois Níveis e Teoria de Desintegração: nesse ponto o professor Oliver coloca a possibilidade de análise pela obra de Putnam, *Jogo de Dois Níveis*<sup>7</sup>, onde os agentes do Reino Unido e da União Europeia passaram a agir um perante o outro de forma menos cooperativa e mais individualista. O autor também cita que é possível encontrar explicação em novas teorias, as quais se propõem a explicar como e por que o mundo se encaminha a uma maior desintegração.

Essas abordagens são importantes de serem aqui dispostas pois agregam na teoria de desintegração já colocada, além de trazerem uma visão acadêmica nacional britânica sobre o assunto. Portanto pode ser inferido que a união delas explica as diferentes partes do cenário que ajudou a definir o voto pelo Brexit.

Para a análise crítica que norteará o trabalho serão usadas, em seu desenvolvimento, tanto as Teorias de Integração quanto as Visões Eurocéticas. Dessa forma, ambas teorias são colocadas como antagonistas entre si de maneira que sejam postas como atuantes de forma conjunta servindo de base de explicação para o desenrolar que levou os motivos dos votos pela saída assim como os motivos dos votos pela permanência.

---

<sup>7</sup> Jogos de dois níveis são a interação dos interesses nacionais em âmbito doméstico com os interesses nacionais em âmbito interestatal, ou seja, no jogo de dois níveis o Estado tem que lidar com o confronto de interesses interno, como questões administrativas, e externo, como nas relações com outros países. (Putnan, 2010)

### 3 CAPÍTULO II - AS CAUSAS ECONÔMICAS

Entender os motivos que levaram à sociedade britânica a tomar a decisão pela saída da EU no referendo de junho de 2016, implica entender os fatores econômicos e políticos que o Reino Unido enfrenta atualmente. A saber:

- Baixo crescimento, dada a falta do desenvolvimento da economia do conhecimento;
- alta dependência pelo setor financeiro e de serviços, tornando a economia mais frágil;
- crise econômica que se instaurou na Europa após 2008 e segue até hoje, inviabilizando o desenvolvimento econômico regional;
- pouco investimento por parte do governo para impulsionar a economia (que está altamente endividado e até então estava impedido de executar manobras econômicas mais drásticas por causa da UE);
- população que vê a União Europeia e a Burocracia de Bruxelas mais como um empecilho do que como um benefício, tornando-se um problema no qual a União Europeia não está apenas retardando o desenvolvimento britânico, mas também sugando parte dos impostos que poderiam ser gastos internamente.

Para tanto, este capítulo explanará sobre a liberalização econômica dos anos 1970/1980 (seção 3.1); a ausência da evolução para a Economia do Conhecimento (seção 3.2); os Tratados Econômicos Europeus e o baixo crescimento econômico (seção 3.3); a crise econômica dos *Subprime* nos Estados Unidos e seu reflexo na Europa (seção 3.4); o *Welfare State* e a situação atual no Reino Unido (seção 3.5).

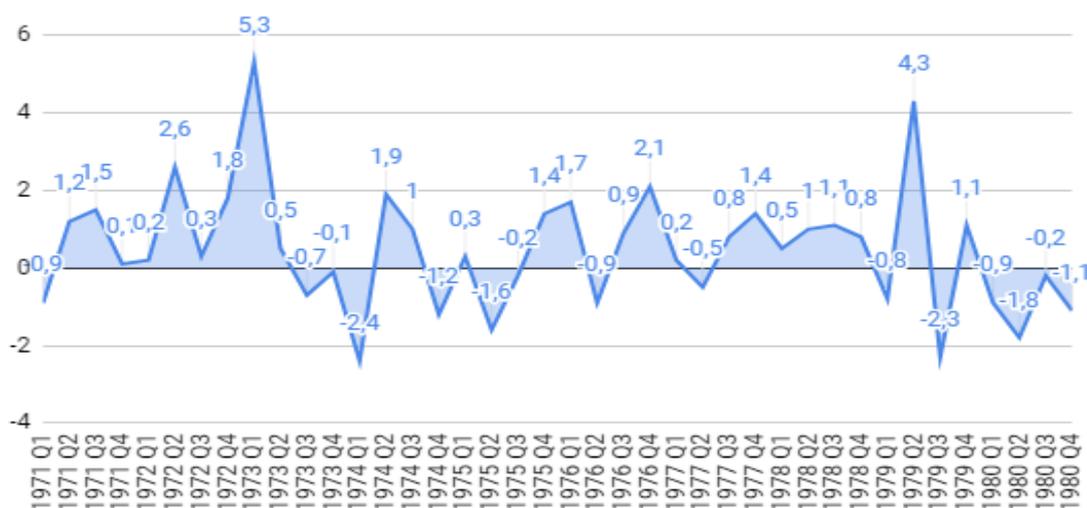
#### 3.1 A LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA DOS ANOS 1970/1980

Para iniciar uma análise mais aprofundada de como está o cenário econômico na Grã-Bretanha atualmente, faz-se necessário entender como as transformações na produção afetaram de modo generalizado na produção de renda e de riqueza. Para tanto, é importante retomar a análise do período em que houve um ponto de inflexão na economia e na política dessa nação: a implantação das políticas liberais.

No contexto da Guerra Fria, mais para o fim dos anos 1970, iniciou-se no mundo desenvolvido (Europa e EUA) um processo de estagnação econômica seguido por aumentos seguidos na inflação. Como é colocado no artigo de Paulo Roberto de Almeida (2001), tal processo foi desencadeado por diversos motivos, dentre eles a ligação direta entre as moedas europeias e o dólar americano (que era utilizado como lastro) provinda desde os acordos de Bretton Woods. Almeida (2001) ainda fala que isso se tornou um problema por causa da dependência dos países desenvolvidos (principalmente os EUA) em relação ao petróleo, que nos anos 70 teve seu preço alterado abruptamente com o primeiro “choque”, que se caracterizou pelo súbito aumento do preço do barril em retaliação por parte dos países árabes (principais produtores) ao apoio americano a Israel na guerra do Yom Kippur.

Dessa forma, instaurou-se um arranjo econômico que hoje é chamado de Estagflação. Esse processo teve grande impacto no Reino Unido, que passou a sofrer não só com o baixo crescimento (como pode ser visto no gráfico a seguir), mas também com revoltas sociais (principalmente no âmbito dos sindicatos) que exigiam mais direitos e também a manutenção do sistema de bem-estar social, principalmente na questão da perda de poder de compra, que era consequência da inflação mundial.

Gráfico 1 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Reino Unido de 1971 a 1980 em porcentagem relativa ao período anterior em Libras Esterlinas (dividido em quadrantes).



Fonte: The Guardian Data Blog.

De forma geral, o crescimento econômico do Reino Unido nesse período foi bastante pequeno, uma vez que existiu bastante retração econômica, o que diminuiu o Produto Interno Bruto. A variação no PIB fica em torno de 1% a 2% de crescimento e 1% a 2% de retração, havendo apenas alguns pontos destoantes: no primeiro quadrante (primeiros três meses) de 1973, com 5,3% de crescimento, e no segundo quadrante de 1979, com 4,3%, ambos acompanhados de forte retração nos quadrantes seguintes.

Continuando a análise econômica, ainda segundo Paulo Roberto Almeida (2001), o governo do Reino Unido, assim como o da maioria dos países capitalistas desenvolvidos, encontrava-se engessado pelas leis trabalhistas e pelos já excessivos gastos governamentais, frutos do *Welfare State* e que vinham a somar no problema da diminuição do crescimento e produção de riqueza<sup>8</sup>, assim como a diminuição na

<sup>8</sup> Aqui entendido no sentido da forma pela qual é pautado o cálculo do Produto Interno Bruto. Para mais informações, buscar no site do Governo Federal em: Entenda como é medido o Produto Interno Bruto (PIB).

arrecadação. Para esse fenômeno foi dado o nome de esgotamento do Fordismo, que era o sistema de produção vigente até então.

Para solucionar o problema colocado, toda a economia britânica teve que ser reorganizada, de forma que a produção de riqueza pudesse ser desvinculada da produção industrial e dos problemas que esse sistema vinha apresentando. Assim, com a posse de Margareth Thatcher no cargo de Primeiro Ministro do Reino Unido, foram dados os primeiros passos para o que depois foi chamado de liberalização econômica. Como é comentado no editorial da BBC de 2013, “What is Thatcherism?”, é dito que “na sua forma mais crua, o Thatcherismo representou a crença em livre mercado e Estado mínimo. Ao invés de planejar e regular negócios e a vida das pessoas, o trabalho do governo é sair do caminho desses agentes”<sup>9</sup>.

Para tanto, foi tomado um conjunto de medidas baseadas no pensamento de autores neoclássicos, principalmente da Escola Austríaca, que visavam uma atuação mais liberal, ou neoliberal, de acordo com a perspectiva de David Harvey (2006), que é marxista, mas faz análise sobre essa Escola de pensamento. Segundo ele, na teoria:

(...) é considerado que a liberdade em si e a liberdade individuais são o ponto alto da civilização e prossegue argumentando que a liberdade e a liberdade individuais podem ser melhor protegidas e alcançadas por uma estrutura institucional, composta por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres, e comércio livre: um mundo em que a iniciativa individual pode florescer. A implicação disso é que o estado não deve estar envolvido demais na economia, mas deve usar seu poder para preservar os direitos de propriedade privada e as instituições do mercado e promover aqueles no cenário global, se necessário.<sup>10</sup>

Dentre as medidas no caso britânico, figuraram: liberalização do câmbio, ou seja, parar com a interferência governamental para manter o câmbio valorizado e proteger o produtor interno, reduzir ao mínimo possível benefícios governamentais para com as empresas (subsídios, reservas de mercado, tarifas especiais, etc.) e, de forma geral, desregulamentar a economia, pois dessa forma acreditava-se num

---

<sup>9</sup> Tradução própria.

<sup>10</sup> Entrevista datada de 2006.

crescimento econômico mais sustentável e apenas regulado pelas grandes variáveis da teoria monetarista. Tais parâmetros podem ser observados na análise de Rodney Barker (2004), professor da London School of Economics, no trecho a seguir, escrito para a BBC News:

(...) o liberalismo como ideologia, se posiciona em prol das liberdades individuais e de mercado e do *laissez faire*, democracia e de um governo que se, interferir ou regular a sociedade, o fará objetivando principalmente dar um poder maior de ação aos indivíduos.<sup>11</sup>

Tais ações levaram a uma mudança no cenário econômico do Reino Unido. O país passou de uma economia muito industrializada, com o setor secundário forte, para um país com economia voltada ao setor de serviços, principalmente os financeiros. Essas mudanças ocorreram para sanar os problemas do governo e das empresas com as leis que protegiam os empregados e os sindicatos, já que, segundo Harvey (2006), quando os salários subiam os lucros diminuía, prejudicando as elites e ao mesmo tempo gerando inflação. Assim, liberando as fronteiras (no sentido de impostos e barreiras para importação), a produção nacional britânica foi obrigada a se adaptar à competição internacional, além de conter a inflação com produtos importados mais baratos.

Por essas razões, ainda segundo Harvey (2006), o acordo básico – entre proletariado e a elite econômica, que fornecem através de impostos a estrutura financeira para manter o bem-estar<sup>12</sup> – que sustentava o *Welfare State* se deteriorou, já que as elites estavam se sentindo prejudicadas e desejavam mudanças.

No entanto, a economia britânica, ao mesmo tempo que saiu da crise, também estava entrando numa nova fase de produção de riqueza. Essa fase não era vinculada à produção industrial, mas sim ao setor de negócios financeiros e de serviços. Isso pode ser interpretado como um problema, como coloca o acadêmico e político Robert Skidelsky, em 2013 para revista *New Statesman*, já que a produção industrial

---

<sup>11</sup> Tradução própria.

<sup>12</sup> Importante frisar que os impostos não são a única fonte de financiamento governamental, mas que, somado a isso, o governo também se utilizou do déficit público, entre outros.

possibilitava uma melhor distribuição da renda e a permanência das riquezas dentro das fronteiras nacionais. Dessa forma, em oposição ao que aqui será chamado de economia de produção nacional, na economia financeirizada os produtos vendidos podem estar sendo produzidos em outros países (o que de fato ocorre, uma vez que o Reino Unido importa grande quantidade de bens de consumo de países industriais, como a Alemanha) e a riqueza pode estar indo para fora. Já a criação de riqueza nacional acaba ficando concentrada no setor financeiro e, às vezes, como pode ser visto em países com esse tipo de economia mais financeirizada (EUA, Singapura, etc.), permanece nas mãos dos poucos que trabalham nesse setor, gerando assim concentração de renda. Para corroborar com isso, citamos um trecho de Robert Skidelsky (2013):

No começo dos anos de 1950, a Grã-Bretanha era um gigante da indústria. Hoje, é apenas um pigmeu. Manufatura era a pedra fundamental da indústria. Em 1952, era a produtora de um terço da criação de riqueza e empregava quarenta por cento da força de trabalho e constituía um quarto das exportações mundiais. Hoje, somente constitui onze por cento do produto interno bruto, emprega oito por cento da força de trabalho e é responsável apenas por dois por cento das exportações a nível mundial. Os nomes icônicos da Grã-Bretanha industrial são história; em seu lugar, a economia de serviços e os supermercados vendem principalmente bens importados.<sup>13</sup>

Nesse cenário, o Reino Unido sofreu com as modificações propostas por sua Primeira-Ministra, com problemas como alta inflação e desemprego em um primeiro momento, mas, a posteriori, veio a estabilização econômica com o recuo da inflação, a reorganização dos postos de trabalho, o fim das revoltas trabalhistas e a retomada do crescimento com a reafirmação da força da moeda, a Libra Esterlina, e a consolidação da praça de negócios financeiros, a City de Londres, como centro para tais negócios em toda a Europa, assim como a consolidação do sistema bancário britânico em si. O sistema bancário, mais tarde, viria a se tornar um problema tão importante quanto os benefícios que trouxe, uma vez que um mercado financeiro forte, somado ao liberalismo, instauraram uma imagem de prosperidade econômica que

---

<sup>13</sup> Tradução própria.

boicotou uma possível necessidade de investimentos para uma nova revolução industrial e econômica – o que será explicado no subcapítulo a seguir.

## 3.2 AUSÊNCIA DA EVOLUÇÃO PARA A ECONOMIA DO CONHECIMENTO

### 3.2.1 A Economia do Conhecimento

Segundo Giddens (2001), a economia atual se diferencia em muito daquela que se deu nos últimos séculos onde o principal fator de geração de riqueza e lucro provinham da exploração nos setores agrícola e industrial. Hoje, com a integração econômica mundial e o avanço tecnológico, a produção de riqueza está muito mais ligada ao meio digital, como o mercado de softwares e os mercados online de todo o tipo de segmento. Dessa forma, as fontes da produção de riqueza se tornaram muito mais intangíveis e, por vezes, imensuráveis. Isso, ainda segundo Giddens, pode ser visto quando se analisa as constantes mudanças nas práticas dentro das empresas, assim como a flexibilização na forma de produção das mesmas.

Assim, pode-se então definir que os conceitos de “era da informação” e de “economia criativa” se referem “(...) a uma economia na qual as ideias, as informações e as formas de conhecimento sustentam a inovação e o crescimento econômico” (Giddens, 2001, apud Herzog, 2006). A compreensão do presente conceito se faz necessária, pois a ausência de significativo investimento dentro desse novo paradigma tem levado a Europa, de forma geral, a um baixo dinamismo na inovação, sendo essa, possivelmente, uma das grandes causas para sua estagnação.

### 3.2.2 Caso do Reino Unido

Compreender a mudança provocada pela liberalização econômica é fundamental para entender as causas da crise que assolou o Reino Unido na última década, principalmente após 2008. A razão para tanto vem da dependência econômica no sistema financeiro, causada por um movimento do próprio governo em

direção à liberalização, como já comentado. Essa dependência tem origem quando se aumenta a liberdade do mercado bancário e de capitais, uma vez que suas atividades são menos controladas e, assim, com menos controle, tal mercado pode crescer mais facilmente, transformando a economia quando se torna o setor prioritário. Somado a isso, sendo esse o maior ativo britânico, foi também o que mais sofreu com a crise internacional, já que tal crise tem sua origem no próprio sistema financeiro.

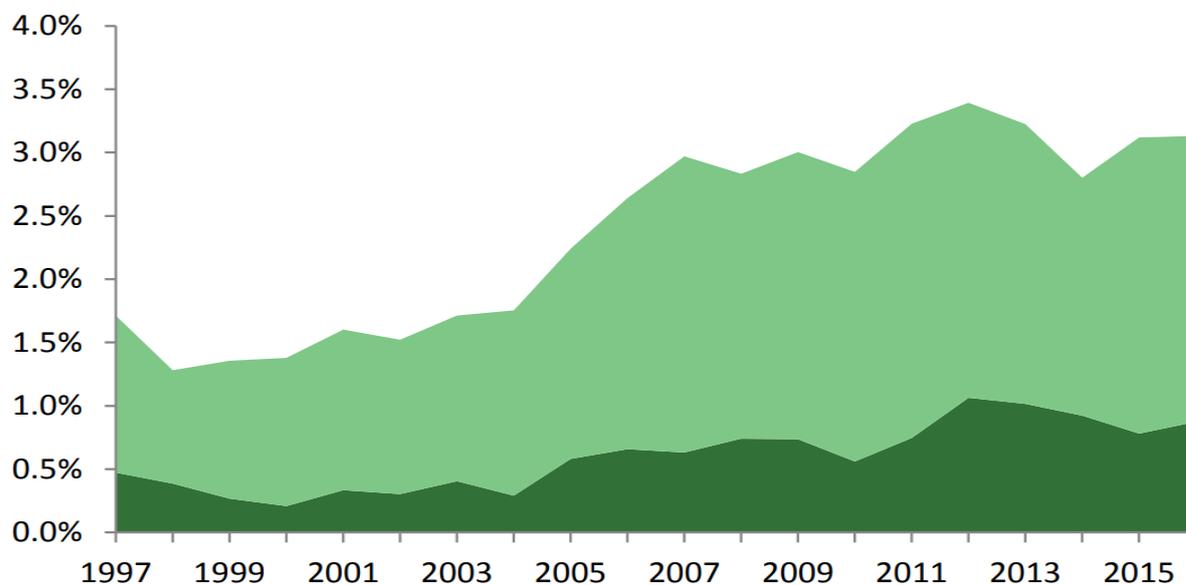
É importante ser colocado também que Londres sempre teve importância, desde o tempo em que o Reino Unido era um império colonial e, posteriormente, com o estabelecimento da União Europeia se tornou ponte entre a Europa e os EUA pela semelhança cultural e ideológica e facilidade na comunicação.

Dessa forma, a City de Londres é de fundamental importância para entender a causa econômica no Brexit, pois enquanto foi o coração financeiro da Europa, era também o motor que carregava a economia de seu país. Isso pode ser embasado no relatório do Parlamento Britânico (2017), do qual foram extraídos alguns dados, elencados a seguir:

- Em 2016, serviços financeiros e de seguros contribuíram com £124.2 bilhões em Valor Agregado à Economia do Reino Unido, em 2015 esse valor foi de £118.0 Bilhões, em 2014 de £115.9, em 2013 de £118.0 e em 2012 de £122.0;
- 1,1 milhão de britânicos trabalham no setor de finanças e seguros, o que representa 3,1% de toda a mão de obra.

Além disso, no gráfico a seguir pode ser observado o superávit nas exportações de serviços financeiros e sua importância percentual em relação ao PIB do Reino Unido:

Gráfico 2 – Porcentagem sobre o PIB do Superávit provindo da exportação de serviços financeiros no Reino Unido de 1997 a 2016.



Seguros (verde escuro); Produtos financeiros (verde claro).

Fonte: The Parliament Briefing 2017 on Financial Services.

O gráfico inicia em 1997 com os serviços financeiros contribuindo com pouco mais de 1,5% para o PIB do Reino Unido e há uma pequena queda no ano seguinte, mas que em seguida já retoma o aumento da importância dentro do PIB com grande crescimento a partir de 2004, subindo para cerca de 3% e se mantendo nessa faixa até 2016.

Cabe ressaltar também que a Libra Esterlina ocupava um papel importantíssimo dentro do mercado internacional de capitais, uma vez que é a moeda da sede do mercado financeiro na Europa e ocupava posição de moeda de troca para transações financeiras junto às economias da Europa continental, principalmente antes do Euro e mesmo depois, até hoje. Nesse caso, é importante notar que se estabelece uma contradição quando a Libra Esterlina ocupa a posição de moeda para transações financeiras, mesmo esta não sendo a moeda oficial da EU, e sim o Euro.

Porém, levando isso em consideração, é possível crer que, por causa dos lucros provindos da City e das benesses da qual a Grã-Bretanha gozava por ser sede

financeira da Europa, assim como a ascensão da Libra esterlina como moeda oficial nesse mercado (pelo menos a nível europeu) e com o foco dos esforços em demasia nesse mercado específico, a economia britânica acabou por sofrer estagnação no desenvolvimento tecnológico, causada por uma onda de enriquecimento que acabou por transmitir a ilusão da não necessidade de investimento numa nova economia, como será relatado a seguir.

Enquanto os Estados Unidos da América (EUA), o Japão, os Tigres Asiáticos e até mesmo a China, mais recentemente, investiram no desenvolvimento tecnológico e militar, tanto na informática quanto na economia criativa – para assim dar forma ao que hoje se considera como futuro para a forma de produção mundial, a Economia do Conhecimento –, segundo discurso registrado pelo departamento de Inovação e negócios do Reino Unido do Doutor Vince Cable em 2014, na Europa tal desenvolvimento ocorreu em nível muito limitado. Isso porque houve pouco investimento por parte do governo, que seria o único agente disposto a gastar tanto no desenvolvimento (como foi o caso dos países anteriormente citados), tanto em âmbito tecnológico quanto científico. Ainda segundo Cable (2014), a economia do Reino Unido está atrasada (se comparada ao resto do mundo desenvolvido fora da União Europeia), e para que possa ocorrer a redução desse atraso, é necessário a intervenção pública através de um pesado investimento em educação e estrutura tecnológica.

Durante a crise econômica, essa falta de desenvolvimento econômico em paradigmas tecnológicos mais avançados ampliou a dependência para com o sistema financeiro, sendo, possivelmente, um dos motivos para o voto pelo Brexit – voto esse que foi utilizado como forma de protesto pelos problemas sociais, como a falta de empregos, gerada pela manutenção desse sistema que já é decadente, pelo menos para os padrões do centro do sistema<sup>14</sup>.

### 3.3 TRATADOS ECONÔMICOS EUROPEUS E O BAIXO CRESCIMENTO ECONÔMICO

---

<sup>14</sup> Aqui entendido como o conjunto de países desenvolvidos.

### **3.3.1 Tratado constitutivo e normas para prática econômica**

É sabido, dentro da teoria econômica neoclássica, que muita regulamentação é prejudicial para o bom funcionamento do mercado. Por essa razão, estar numa organização que legisla sobre diversas variáveis econômicas, além da produção e dos produtos em si, pode ser nocivo. Dessa forma, uma das possíveis causas para o baixo crescimento econômico dentre os países da UE pode ser exatamente a quantidade de tratados e leis sobre quais devem ser os procedimentos e posturas adotados para com a economia (produção, comercialização, etc.) e a forma de cada país funcionar.

Por vezes, essas “limitações” são impostas até mesmo pelos tratados constitutivos do bloco, porque essas regras limitam o poder de ação em nível estatal para uma recuperação econômica na eventualidade de uma crise. Além disso, as normas dentro desses tratados promovem um sistema que prioriza o bem coletivo da economia intrabloco, enquanto retira a autonomia dos estados para resolver seus problemas econômicos por maneiras tradicionais – contradição da economia britânica que será melhor explicada na seção 3.4.2 do presente capítulo. Em seguida, far-se-á uma explanação dos principais tratados e das cláusulas que podem restringir a autonomia dos países para resolver problemas econômicos internos.

#### **3.3.1.1 Tratado de Maastricht**

O Tratado de Maastricht normaliza diversas práticas que foram essenciais para a formação do bloco. Dentre elas, dar-se-á maior enfoque para a legislação econômica, a qual é versada a partir do Artigo 102º.

No artigo número 102 do Tratado é dito que “os Estados-membros conduzirão as suas políticas econômicas no sentido de contribuir para a realização dos objetivos da Comunidade”. Nesse trecho já é bastante clara a preponderância do coletivismo sobre as práticas individuais dos Estados. Já no Artigo 103 é colocado que as decisões de cunho macro devem ser orientadas pelo conselho da União Europeia, e

que tal conselho objetivará por uma “convergência sustentável dos comportamentos das economias dos Estados-membros”. Com isso, pode ser notada a intenção de coibir o crescimento assimétrico dos integrantes, tanto de forma negativa quanto positiva.

Também é disposto no Tratado que os países devem se auxiliar mutuamente, em âmbito econômico, em momentos de crise. Isso é importante pois, na situação atual, onde parte da Europa sofre com a crise da dívida pública, o povo do Reino Unido pode ver seu país natal como não preparado para ajudar, embora seja demandado pelos acordos.

Além do disposto anterior, ainda na parte do Tratado que versa sobre economia, é possível encontrar, ações que burocratizam a atividade econômica não só no âmbito estatal, mas também no privado – um exemplo disso será tratado na seção 5.1.3. Dessa maneira, pode ser considerado que, por causa de tal burocratização, a economia europeia se desenvolva de maneira lenta, pois isso diminui a liberdade de ação dos agentes de mercado tanto no comércio intra quanto no extrabloco.

### 3.3.1.2 Transferências para auxílio mútuo na UE

Segundo o Parlamento Britânico em seu site oficial (2017), enquanto membro da União Europeia o Reino Unido faz contribuições para o orçamento da organização, sendo a última relativa a 16,9 bilhões de Libras, no ano de 2016/2017. Porém, 4,8 bilhões desses são rebatidos (descontados antes da cobrança) pelo alto valor de contribuição da Grã-Bretanha em relação ao que recebe de volta. Além disso, recebeu 4,1 bilhões em recibos do setor público e entre 1 e 1,5 bilhão de “retorno sobre investimento” dos fundos de investimento europeu para o desenvolvimento, reduzindo para um valor líquido em torno de 7 bilhões – o que corresponde a menos da metade do valor bruto.

A verba da contribuição, como já pôde ser visto, é convertida também em fundos de auxílio para auxiliar as economias de outras regiões ou fundos. Segundo a Comissão Europeia, os fundos são dispostos da seguinte forma:

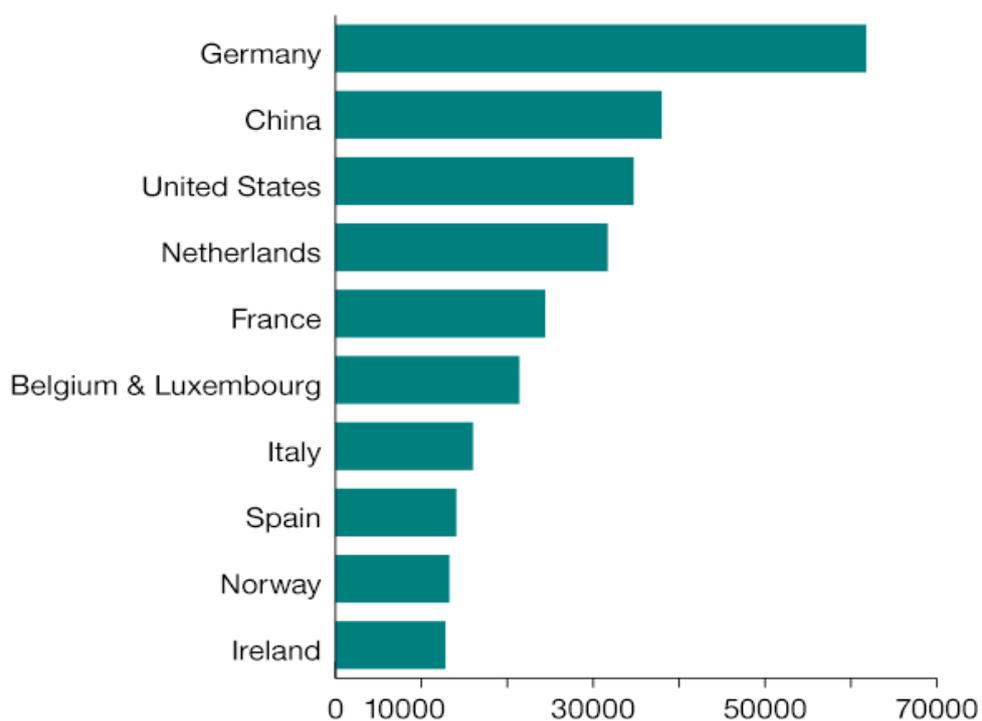
- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Feder) – promove um desenvolvimento equilibrado entre as diferentes regiões da UE;
- Fundo Social Europeu (FSE) – apoia projetos relacionados ao emprego em toda a Europa e investe no capital humano europeu;
- Fundo de Coesão (FC) – financia projetos no setor dos transportes e do ambiente nos países em que o rendimento nacional bruto (RNB) por habitante é inferior a 90% da média da UE;
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (Feader) – centra-se na resolução de problemas específicos com os quais se deparam as zonas rurais da UE;
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Feamp) – ajuda os pescadores a adotar práticas de pesca sustentável e as comunidades costeiras a diversificar as suas economias.

Por tais fundos buscarem auxiliar as regiões menos desenvolvidas da União Europeia (como Polônia, Portugal, República Tcheca, etc.), a Grã-Bretanha é pouco beneficiada por eles. Dessa maneira, há possibilidade de existir uma sensação de que os britânicos pagam muito e recebem pouco de volta da UE, caso que será melhor explanado na seção 4.2.4.1 do capítulo 4 deste trabalho.

Porém, é preciso considerar que existe uma codependência por parte das economias dos países dentro do bloco europeu. Isso pode ser observado quando se percebe o quanto é exportado do Reino Unido para países do bloco e, é claro, quanto é importado. É importante ressaltar tal interdependência, pois com a escolha pela saída o Reino Unido terá maiores dificuldades de negociar diretamente com esses países, já que a zona de livre comércio não mais se aplicará. Portanto, pertencer ao bloco contribui positivamente para a economia britânica, mas de forma intangível e de mensuração abstrata, tornando difícil a ponderação da população na hora de se posicionar sobre os benefícios da permanência. Para corroborar com essa perspectiva

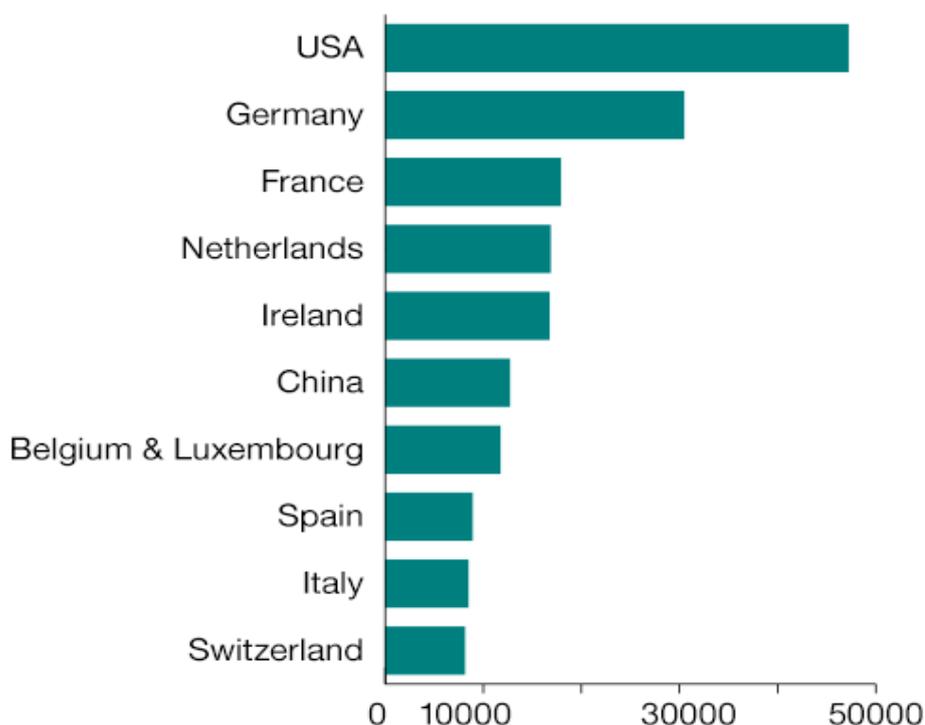
de interdependência, seguem dois gráficos sobre os parceiros comerciais do Reino Unido:

Gráfico 3 – 10 principais parceiros comerciais do Reino Unido em 2015: valor total de importados por país em milhões de Libras Esterlinas.



Fonte: ONS/BBC.

Gráfico 4 – 10 principais parceiros comerciais do Reino Unido em 2015: valor total de exportados por país em milhões de Libras Esterlinas.



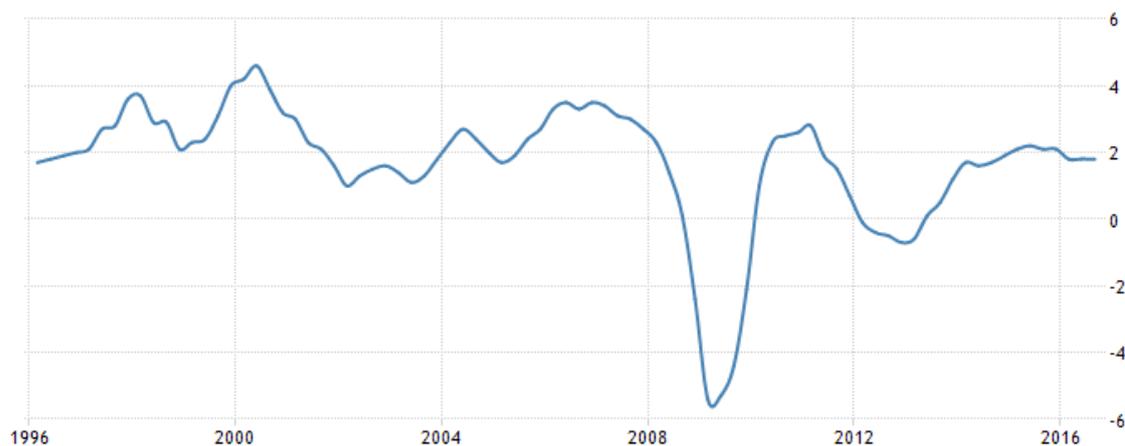
Fonte: ONS/BBC.

Pode ser visto, no caso das importações, que a maioria dentre os fornecedores de bens para o Reino Unido são europeus, sendo que a Alemanha, em primeiro lugar, sozinha já corresponde por mais de 60 bilhões de libras. Já no caso das exportações britânicas, apesar de os EUA ocuparem a primeira posição, a tendência dos principais parceiros serem europeus continua, com a Alemanha recebendo mais de 30 bilhões de libras e a França quase 20 bilhões.

### 3.3.2 Crescimento Econômico Reduzido

Apesar de figurar como um dos principais atores da economia mundial, a Europa vem sofrendo com um problema crônico de baixo crescimento econômico já desde antes da crise de 2008, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto Anual da União Europeia em Euro de 1996 a 2016.



Fonte: [tradingeconomics.com/Eurostat](http://tradingeconomics.com/Eurostat).

De forma geral, o crescimento econômico europeu é constante, ficando em torno de 2% ao ano e obtendo maior prosperidade em alguns anos e menor em outros. Essa tendência se manteve até a crise de 2008, quando o crescimento foi reduzido à contração econômica em 2009, chegando a quase 6% de contração, mas rapidamente voltando para o estado anterior. Porém, em 2012 a EU passou novamente por uma pequena retração – essa menor que 1% –, voltando em seguida aos patamares de cerca de 2%.

Como é possível observar no gráfico anterior, os países integrantes (refletindo no resultado econômico final do bloco em si) apresentaram crescimento reduzido por mais de duas décadas se comparados a outras economias “equivalentes em tamanho”, como os EUA e principalmente a China. Esse baixo crescimento pode ser entendido como efeito da falta de investimento numa nova revolução tecnológica e industrial (economia do conhecimento), e também como resultado de políticas comuns (como pôde ser visto no subcapítulo anterior), que visam o bem-estar social acima do crescimento (assunto que será tratado no subcapítulo 5 do presente capítulo) para nivelar as economias nacionais dentro do bloco.

No caso do Reino Unido, pode-se notar uma tendência semelhante ao crescimento Europeu, e mesmo a economia britânica tendo, de forma geral, maior flexibilidade e dinamismo do que a Europa continental – principalmente pela moeda diferenciada e pela economia altamente financeirizada, com mercado de capitais bastante desenvolvido –, ela vem sofrendo com o pequeno crescimento econômico, em níveis ainda menores que a média da União Europeia, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Taxa de crescimento do produto Interno Bruto do Reino Unido (em relação ao ano anterior) em Libras Esterlinas de 1996 a 2016.



Fonte: [tradingeconomics.com/Office for National Statistics](http://tradingeconomics.com/Office for National Statistics).

O gráfico apresenta a constância do crescimento britânico, que de forma geral fica abaixo de 1% ao ano – tendência que se manteve desde 1996 até a crise de 2008, sendo que em 2009 é registrada a retração de mais de 2% no PIB, diminuindo nos anos seguintes e voltando depois a crescer como no período anterior (entre 0 e 1%).

Dessa maneira, pode-se considerar que o Reino Unido também vem sofrendo economicamente e isso, como observado, pode levar a uma sensação de que o fator culpado por tais resultados tem sido a sua permanência dentro da União Europeia.

### 3.4 A CRISE ECONÔMICA DOS *SUBPRIME* E SEU REFLEXO NA EUROPA

Em 2008, é revelada nos EUA uma grande “bolha especulativa” relacionada às *securities* no mercado financeiro americano, sendo que a crise originada por tal bolha ocasionou reflexos e problemas econômicos no mundo todo.

#### 3.4.1 Causa da crise

Para compreender a extensão do problema, faz-se necessário explicar como o mesmo se sucedeu. As *securities* (títulos securitizados, em tradução livre) são produtos financeiros bancários altamente complexos e baseados no mercado imobiliário (hipotecas) dos EUA, como é explicado no *Federal Reserve History* (2013). Dessa forma, segundo o artigo, tais títulos são basicamente aglomerados de muitas dívidas, estas contraídas pelo americano médio para a compra de imóveis. Assim, tal aglomerado compõe um produto, que é securitizado pelas financeiras e depois repassado a investidores no mercado financeiro, sendo que o seu retorno é baseado no pagamento da hipoteca. No caso, a crise ocorreu porque as pessoas que estavam endividadas com as hipotecas desde o início não tinham reais condições de pagar (por isso eram chamadas de *subprime*, em contraposição aos clientes *prime*, que seriam aqueles aptos a arcar com tais dívidas), conseqüentemente parando de efetuar os pagamentos e fazendo com que o produto passasse a não devolver o devido retorno aos investidores.

Porém, esses títulos eram muito negociados no mercado mundial, uma vez que tinham nota máxima entre as Agências de Rating. Por causa disso, o mercado europeu rapidamente foi atingido pela crise, tanto pela falta de confiança entre os bancos americanos, que pararam de emprestar dinheiro, quanto pela própria “contaminação” pelos títulos *subprime* que estavam circulando no mercado financeiro da Europa. Conseqüentemente, a praça central de negociações financeiras europeia e segunda mais importante do mundo, em Londres, foi a primeira a sofrer com problemas dessa crise.

### **3.4.2 Início da crise e seu alastramento pela Europa e Reino Unido**

Nesse contexto, o que ocorreu na Europa não se diferenciou muito dos EUA. De início, a crise se espalhou pelo sistema financeiro, fazendo com que os bancos diminuíssem suas atividades, ao mesmo tempo em que perdiam a confiança dos clientes. Assim, diminuem-se o preço dos ativos no mercado de capitais, uma vez que nesse contexto é de praxe a tentativa de liquefazer rapidamente os investimentos através do aumento da oferta de produtos e da diminuição dos preços. Enquanto isso, o crédito, além de se tornar mais caro entre as financeiras e para os clientes, também se torna mais escasso por causa da falta de confiança.

Do setor financeiro, como é de se esperar, a crise passa praticamente de imediato para as empresas, tanto as de serviços quanto as industriais. Com a diminuição do crédito, as empresas começam a ter problemas para refinarçar suas dívidas e manter o fluxo de caixa, além de muitas grandes empresas perderem investimentos pela desvalorização do mercado de capitais. Fora disso, muitas vezes perdem também a habilidade de honrar compromissos. Dessa situação em diante, as empresas passam para a fase que se caracteriza por demissões e diminuição da oferta de seus produtos, o que leva ao aumento dos preços.

Conseqüentemente, esse conjunto de fatores ocasiona diversos problemas sociais, pois o aumento dos preços gerado pela escassez de produtos e a diminuição do número de empregados refletem na inflação e na perda do poder de compra, além, é claro, de causarem o empobrecimento da população, como pode ser visto nos dois gráficos a seguir:

Gráfico 7 – Taxa de desemprego no Reino Unido 2006 a 2016.



Percentagem em relação ao total da população britânica.

Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) / Office for National Statistics.

O gráfico inicia em 2006 com uma taxa de desemprego em pouco mais de 5%, mantendo-se assim até a crise de 2008. Partindo daí o desemprego cresce, chegando a perto de 8% em 2009 e se mantendo nesse patamar até 2011, quando cresce mais um pouco e chega a mais de 8%. Posteriormente o desemprego diminuiu lentamente, chegando ao patamar de menos de 5% no fim de 2016.

Gráfico 8 – Taxa de inflação no Reino Unido 2006 a 2016 em relação ao poder de compra do período anterior.



Fonte: [tradingeconomics.com/Office for National Statistics](http://tradingeconomics.com/Office for National Statistics).

Como se pode perceber, a inflação no Reino Unido é inconstante, começando no gráfico em cerca de 2% e se mantendo com pouca elevação até a crise de 2008, quando atinge mais de 5%. Posteriormente ela retrocede para menos de 2%, em 2009, mas volta a crescer, chegando a 4% em 2010 e depois próximo de 5% em 2011. Após esse período a inflação cede, chegando a 0 em 2015, mas com sinais de crescimento em 2016, voltando a ficar próximo de 2%.

Assim, é possível compreender algumas causas que levaram à indignação da população: desemprego, inflação, empobrecimento e retração do bem-estar geral. Esses indicadores socioeconômicos, como será explanado no capítulo 4, foram utilizados como argumentos por vários políticos – como os do Partido Conservador e do Partido da independência do Reino Unido (UKIP) – para alegar que tais efeitos tiveram sua origem na falta de comprometimento da UE com o Reino Unido, adicionando também os problemas que a permanência em tal organização causava, para assim justificar no referendo seu suporte ao voto pela saída.

Somado a isso, é preciso contar com o peso dos acordos europeus, já citados anteriormente, que “engessavam” diversas oportunidades da Grã-Bretanha em solucionar o problema da crise de forma mais imediata, seja por controlar o fluxo de

imigrantes ou de produtos importados ou mesmo com a contribuição anual do Reino Unido para a UE. Isso torna mais claro o porquê, posteriormente, de o povo britânico optar pelo afastamento das políticas e do mercado europeu.

### 3.5 *WELFARE STATE* E A SITUAÇÃO ATUAL NO REINO UNIDO

Durante as décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial, a Europa passou por um profundo processo de reorganização interna, tanto estrutural (construção civil, produção militar, etc.) quanto político-econômico. Com o crescimento econômico, uma relativa estabilidade e progresso científico da metade do século passado, a Europa capitalista pôde instaurar um sistema de ampla seguridade social. Esse sistema foi fundamentado na acumulação e baseado na produção fordista, com altos impostos à classe trabalhadora e também aos lucros do capital, sendo isso, posteriormente, revertido para a população na forma de serviços básicos (educação, saúde, segurança, etc.) e em seguridade financeira e social – características já comentadas no presente capítulo. Para a próxima análise, observa-se então a atual situação da Grã-Bretanha que não mais apresenta condições ideais para o sustento desse sistema.

#### **3.5.1 Problemas econômicos**

Levando em consideração a diversidade de fatores já citados neste capítulo, é possível observar que o Reino Unido sempre foi diferenciado do resto da Europa, inclusive quando foi pioneiro na implantação de uma ideologia liberal quanto ao mercado e no cunho individual. Porém, mesmo depois das manobras do partido conservador britânico nos anos de 1970 e 1980, ainda existe na Grã-Bretanha um grande sistema de seguridade social. Tal sistema, assim como os de diversos outros países, tem tido sua eficiência testada pelas novas variáveis que adentraram a equação, como o envelhecimento da população, a entrada de imigrantes de diversos países e a própria falta de dinamismo por parte de seus administradores em colocar

as finanças públicas em acordo com os programas. Para tangibilizar as colocações anteriores, segue um gráfico e, posteriormente, sua análise:

Gráfico 9 – Endividamento do Governo Britânico em porcentagem do Produto Interno Bruto do Reino Unido de 2006 a 2016.



Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) / EuroStat.

Como se observa, em 2006 o endividamento do governo britânico era de 40% do PIB. Essa parcela aumentou nos anos seguintes, chegando a 50% em 2008 e depois tendo forte crescimento, passando para 80% em 2011 e quase 90% em 2016.

Assim, o endividamento do governo britânico cresceu de forma demasiado rápida e no fim de 2015 chegou a quase 90% de seu PIB (Produto Interno Bruto), sendo um dos maiores do mundo – US\$ 2,73 trilhões (2015), segundo a *CIA WorldFactbook*. Esse é um importante indicador, pois demonstra uma possível incapacidade futura de gerir e financiar o sistema de bem-estar social, bem como retroalimentar através de fomento público à inovação tecnológica e própria infraestrutura do país, assim como também demonstra a falta de habilidade dos governantes quanto à administração dos recursos presentes. Porém, é preciso ser colocado que isso indica a necessidade de um plano de austeridade fiscal e de maior controle das contas públicas, plano esse que o Partido Conservador, atualmente no

poder, não tem tido eficácia em implementar e que pode ter resultado no descontentamento da população.

A seguir estão dispostos alguns gráficos que, junto a outros já colocados neste mesmo capítulo, trazem um panorama sobre as condições gerais da economia no Reino Unido:

Gráfico 10 – Valor da Libra Esterlina em relação ao Dólar dos Estados Unidos de 2006 a 2016.



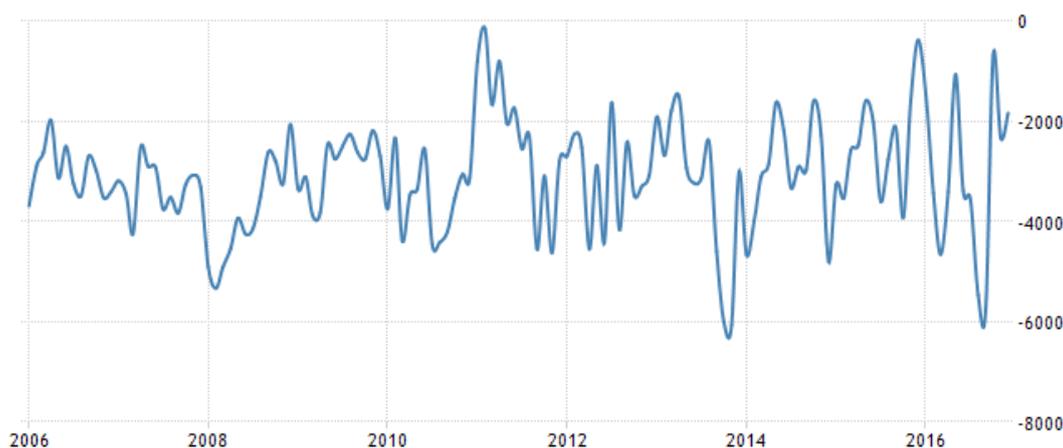
Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) / Office for National Statistics.

O valor da Libra Esterlina em relação ao Dólar americano vinha crescendo até 2008, chegando a mais de 2 para 1. Após esse período a Libra sofre forte desvalorização, perdendo quase 30% de seu valor, chegando próximo a 1,4 para 1, e posteriormente cresce em valor atingindo 1,6 para 1 e se mantendo com algumas valorizações e desvalorizações pouco significativas. Em 2015 a moeda começa a perder valor, caindo de pouco mais de 1,6 para 1 e depois para pouco mais de 1,2 no fim de 2016.

No último gráfico pode ser vista a grande perda de valor relativo da Libra em relação ao dólar, que desde a crise de 2008 (longo prazo) perdeu quase 40% de seu valor. Por causa disso, podem haver diversas implicações diretas que mudarão o nível de vida britânico. Em se tratando de preços de produtos, no caso os importados, é

possível se esperar inflação, por causa da perda do poder da moeda nacional, além de também ocasionar uma diminuição na competitividade internacional dos produtos da Grã-Bretanha (uma vez que os mesmos ficam mais caros). Assim, ocorre a diminuição do poder de compra da população e diminui também a estabilidade social. Além disso, sendo a moeda de responsabilidade do governo, esse fator demonstra a falta de resiliência dos administradores públicos em resolver o problema.

Gráfico 11 – Balança Comercial do Reino Unido em milhões de Libras Esterlinas de 2006 a 2016.



Fonte: [tradingeconomics.com](http://tradingeconomics.com) / Office for National Statistics.

A balança comercial (valor das exportações menos importações) do Reino Unido de forma geral se mantém constante, sempre deficitária com valores que giram em torno de 2 e 4 bilhões de Libras Esterlinas negativos, tendo apenas algumas variações dessa faixa em 2011, chegando a quase 0, e no final de 2013 e de 2016 a 6 bilhões negativos.

Pode ser visto que a balança comercial britânica já vem com um histórico deficitário, característica que só ressalta sua dependência pelo setor financeiro e que pode se concluir também que seja reflexo da falta de investimento em modernização tecnológica, principalmente para dar o passo para entrar na criação da economia do

conhecimento. Dessa forma, observa-se falta de dinamismo na produção, o que torna a economia e a própria sociedade mais frágeis.

Partindo dessas observações quanto a tal problema estrutural, pode-se inferir que a ascensão do partido conservador no parlamento britânico no fim dos anos 2000, assim com o próprio Brexit, é reflexo e uma resposta à necessidade de retorno da atenção para dentro, que o povo do Reino Unido sentiu (principalmente em nível econômico), e conseqüentemente a aspiração por uma menor interação e confraternização internacional.

## 4 CAPÍTULO III - AS CAUSAS SOCIAIS

Ao analisar o processo de modificações que levou a uma mudança na opinião da sociedade em relação aos ganhos de ser parte da UE (que foi, em última instância, quem estabeleceu a decisão pela saída por meio do voto), é necessário considerar algumas variáveis dentro da estrutura social da Grã-Bretanha, de forma a entender o contexto dessas variáveis e como elas podem ter influenciado o pensamento do cidadão comum<sup>15</sup> dessa nação. As variáveis sociais apresentadas neste capítulo serão a redução das condições socioeconômicas (seção 4.1) e uma série de outros motivos, como o rearranjo na distribuição dos postos de trabalho, aumento no custo da moradia, aumento na população dependente do auxílio público e xenofobia, todos esses sendo fruto da imigração (seção 4.2).

### 4.1 REDUÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Por causa da crise de 2008, algumas mudanças nas condições socioeconômicas foram impostas à população da Europa. No caso do Reino Unido, houve uma grande diminuição nos padrões de vida do povo, podendo ser citados como principais impactos sociais dessa retração a diminuição do poder de compra causada pela inflação e a redução da renda das famílias causada pelo desemprego – tais impactos serão explicados a seguir.

---

<sup>15</sup> Cidadão comum é aqui entendido como uma pessoa que não faz parte nem das elites do país nem da parte menos favorecida da população.

### **4.1.1 Desemprego**

Como colocado no gráfico 7 da página 43, quando se faz uma observação dos últimos 20 anos, segundo o gráfico, pode ser visto que o desemprego no Reino Unido caiu fortemente durante a segunda metade da década de 1990, baixando de um percentual de mais de 8% para se estabilizar em torno de 5% após o ano 2000, com pequenas variações para mais ou para menos dessa média até 2008. A partir de 2008, o desemprego cresce rapidamente, voltando a ficar perto de 8% e perdurando em torno dessa taxa até 2014, quando o emprego começa a crescer novamente, chegando à medida de 5% em 2016.

Essa retomada no crescimento do acesso ao emprego pode ser vista como uma contradição para o voto pela saída ter ganhado, mas, na verdade, os efeitos desse período de desemprego maior também precisam ser considerados na análise. Isso porque dentre os efeitos esperados figuram a diminuição da renda das famílias e, conseqüentemente, o empobrecimento da população, uma vez que com o aumento do desemprego há mais pessoas sem renda para o sustento familiar. Disso, pode ainda ocorrer o crescimento da dependência pela seguridade social pública, já que mais pessoas dependem dos auxílios públicos para continuar a se sustentar porque não há mais empregos para isso. Esse fator pode ser considerado um motivador que se formou com o tempo, com efeitos resultantes a longo prazo, sendo o descontentamento da população um reflexo disso.

### **4.1.2 Inflação**

Junto a isso diminui-se a demanda, ao mesmo tempo em que ocorre o aumento do preço de produtos de consumo primário, refletindo um cenário de inflação e de diminuição no valor dos ativos ou investimentos. Corroborando com tal excerto,

pode ser vista a taxa de inflação do período no gráfico a seguir (igual ao do Capítulo 3, na página 44).

Como colocado no Gráfico 8 da página 44, a inflação no Reino Unido é inconstante, começando no gráfico em cerca de 2% e se mantendo com pouca elevação até a crise de 2008, quando atinge mais de 5%. Posteriormente ela retrocede para menos de 2%, em 2009, mas volta a crescer, chegando a 4% em 2010 e depois próximo de 5% em 2011. Após esse período a inflação cede, chegando a 0 em 2015, mas volta a dar sinais de crescimento em 2016, ficando próxima de 2%.

A inflação da última década, como já dissertado anteriormente, tem diversas fontes, como os reflexos da crise econômica ou mesmo as regras existentes decorrentes de ser membro da UE (conforme discutido na seção 3.4.1 do Capítulo 3). No entanto, no quesito que influencia a razão social para o voto pela saída, pode ser apontado o aumento do custo de residências (que será tratado na seção 4.2.3 do Capítulo 4).

## 4.2 IMIGRAÇÃO

Dentre os acordos da União Europeia e do mercado comum existe um ideário liberal que prevê quatro liberdades: mercadorias, serviços, capital e trabalho. Isso é importante pois, objetiva a livre regulação de cada um desses mercados por si mesmos e pela transferência, sem barreiras, que é possível através dos acordos constitutivos que buscam uma Europa sem fronteiras econômicas.

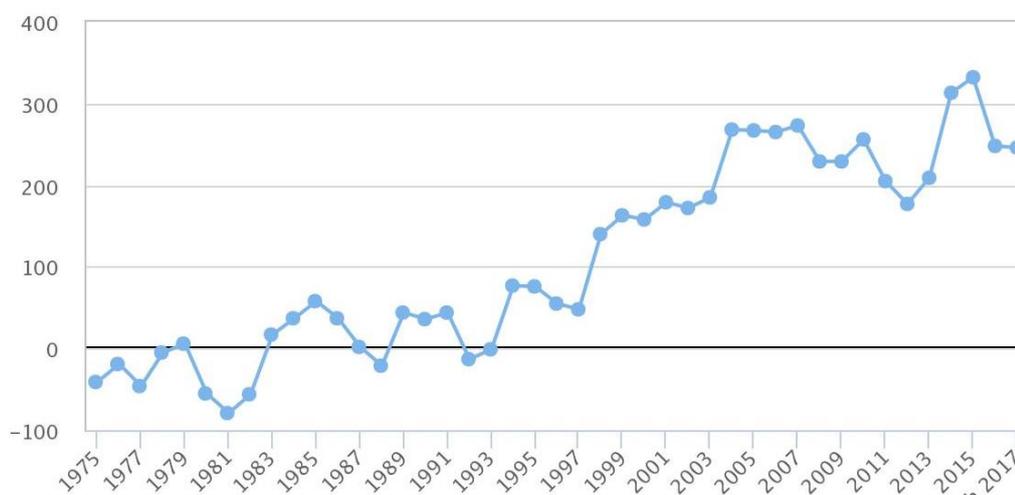
A imigração no Reino Unido tem diversas fontes, mas as principais são provenientes dos povos de países do leste europeu – os países do A8 (ou EU8). O A8 é um agrupamento de 8 países (Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia e República Tcheca), de um total de 10 que se juntaram à União Europeia em 2004. Esse agrupamento é marcado dentro do bloco por conter os países com menos prosperidade econômica e, dessa forma, seus habitantes têm um incentivo maior para a emigração em busca de condições melhores de renda e benefícios públicos, como saúde, educação e segurança. No caso estudado, e levando-se em consideração a

situação socioeconômica, é possível considerar que o Reino Unido seja uma opção promissora para esses povos que vêm do leste europeu (SPRINGFORD, 2013).

#### 4.2.1 Imigração em números

Desde o fim dos anos 1990 pode ser visto um aumento no fluxo migratório para o Reino Unido, conforme se observa no próximo gráfico. Esse aumento, em grande parte, tem fonte nos países do A8, considerando-se os dados a partir de 2004. Porém, é importante ressaltar também que, em adição a tal fluxo da Europa do Leste, há também imigrantes de outros países, mais desenvolvidos, como os países da Europa ocidental.

Gráfico 12 – Migração líquida no Reino Unido, em milhares, de 1975 a março de 2017.



Fonte: Migration Observatory University of Oxford / Office for National Statistics.

A migração líquida (número de imigrantes menos o número de emigrantes) pode ser considerada constante até metade dos anos 1990, por volta de zero, com pequenas variações. Partindo de tal período o número de imigrações passa a superar o de emigrações no Reino Unido e os números crescem rapidamente, passando pela primeira vez os cem mil em 1998 e continuando a crescer nos anos seguintes,

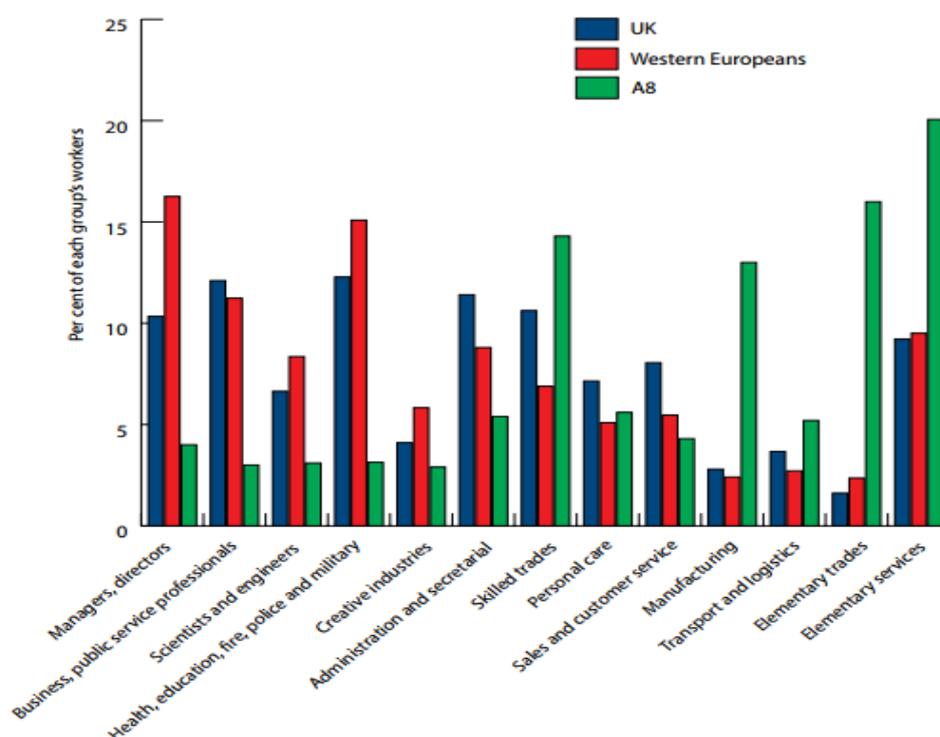
chegando a próximo de 300 mil entre 2004 e 2007. Posteriormente, o número diminui até 2012, quando volta a crescer e acaba passando de 300 mil em 2014 e 2015. Mais recentemente, o valor se manteve em torno de 250 mil.

Tal imigração tem influência principalmente sobre três variáveis específicas na economia e na vida social dos nativos britânicos. Segundo John Springford (2013), as variáveis são: a quantidade de empregos e sua distribuição, o preço das residências e a relação contribuição *versus* recebimento de benefícios públicos (concedidos pelo sistema governamental de bem-estar social).

#### **4.2.2 Distribuição e quantidade de empregos**

Em sua análise, Springford (2013) coloca que os imigrantes no Reino Unido, de forma geral, têm um maior nível de escolaridade se comparados aos britânicos médios (já que majoritariamente são da Europa Ocidental e vão ao Reino Unido em razão da oferta de trabalho). No entanto, ele também aponta que tal diferencial, na verdade, não os coloca necessariamente em posições bem pagas, e que os mesmos comumente aceitam posições com menores salários, principalmente aqueles vindos do leste europeu, enquanto que os provenientes de países mais desenvolvidos costumam ocupar cargos melhores, como é visto na distribuição do próximo gráfico:

Gráfico 13 – Distribuição percentual de cada grupo de trabalhadores nas principais funções dentro das empresas e na economia no Reino Unido até 2012.



Fonte: Labour Force Survey / The CER commission Briefing.

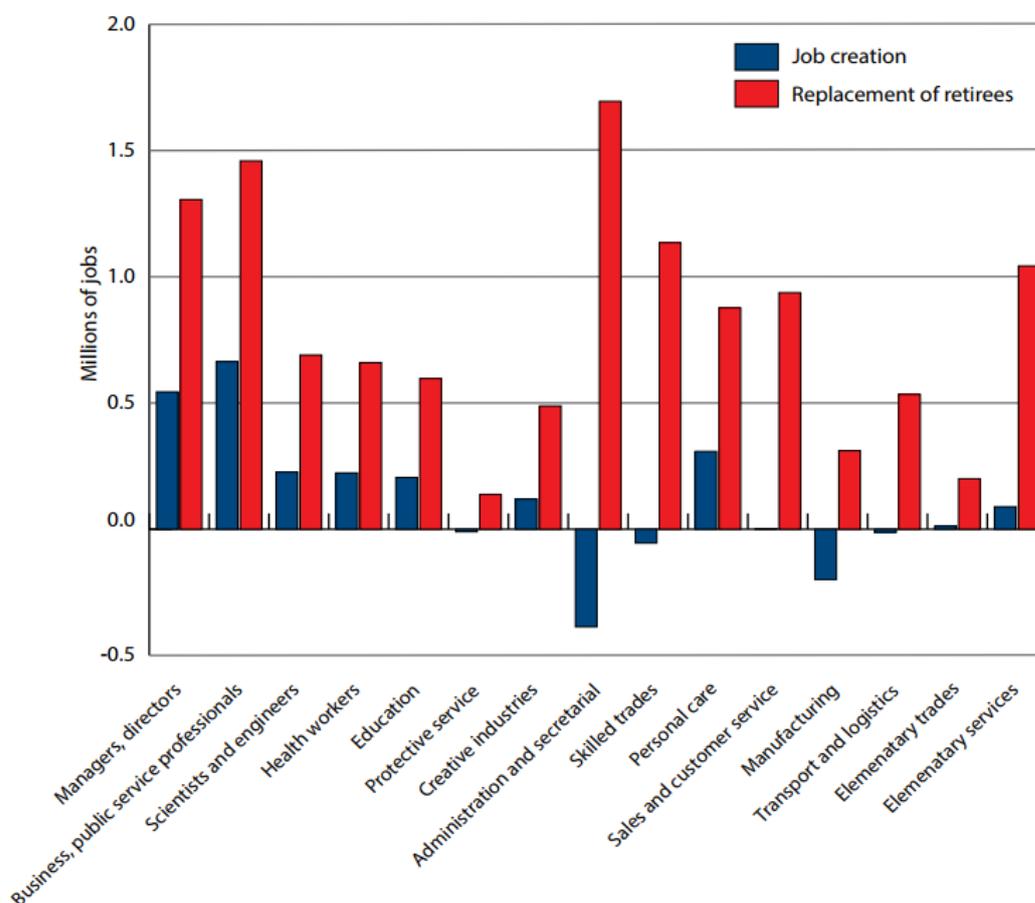
Os cargos estão dispostos em ordem de melhor remunerados para pior remunerados, da esquerda para a direita, com a maioria dos imigrantes de países da Europa Ocidental ocupando os cargos mais bem pagos, seguidos pelos britânicos, enquanto que os piores cargos são ocupados principalmente pelos cidadãos dos países do A8.

O autor ainda coloca que, embora muitas vezes a ocupação de postos de trabalho por imigrantes seja vista como um problema tanto para a quantidade de empregos quanto para o nível de salários (opinião que seria compartilhada dentre os nativos do Reino Unido), isso não é necessariamente verdade. Springford (2013) explica que, pelos estudos realizados, os salários em pouco são afetados

negativamente, às vezes sendo até mesmo elevados se for considerado o alto grau educacional de alguns imigrantes.

Ao mesmo tempo, com a aposentadoria massiva que tem ocorrido dos membros da geração de *baby-boomers* (nascidos nas décadas de 1950 e 1960), muitos cargos estão sendo deixados vagos em todos os níveis de especialização profissional, uma vez que há diminuição da população de jovens (causada pelo baixo índice de natalidade). Assim, a criação de empregos tem feito dos imigrantes não um problema, mas sim uma solução para a escassez de mão de obra, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 14 – Criação de postos de trabalho e reposição de aposentados no Reino Unido de 2010 em projeção até 2020.



Fonte: UKCES / The CER commission Briefing.

No gráfico, os postos de trabalho estão dispostos de melhor a pior remunerados, da esquerda para a direita, sendo que a criação de trabalho está concentrada entre os postos de trabalho mais bem remunerados (diretores e gerentes), enquanto que alguns postos de trabalho de remuneração média (administradores públicos e vendedores) ou baixa remuneração (transportadores e operários) tem sido descontinuados ou apenas reocupados, sem criação de novos postos.

#### **4.2.3 Aumento do custo de moradia**

Quando se observa o caso do preço das residências, questão originada pelo aumento significativo da população, principalmente em regiões específicas como grandes cidades, vemos que a inflação é causada em parte pela imigração, como é colocado por Springford (2013), mas também pela mudança na composição de núcleo familiar (mais casas com apenas um genitor) e, conseqüentemente, pelo número de pessoas por residência. Dessa forma, cresce a necessidade por habitações, ao mesmo tempo em que a construção civil do Reino Unido se demonstra incapaz de acompanhar esse ritmo. Conforme dito por Springford (2013), realmente isso tem se tornado um problema para a vida cotidiana dos britânicos, pois o preço dos imóveis e aluguéis mais altos acarreta numa diminuição do poder aquisitivo da população, já que a mesma tem que gastar mais com moradia.

Para ilustrar a situação do preço das habitações no Reino Unido segue o gráfico abaixo:

Gráfico 15 – Preço médio de residências no Reino Unido em Libras Esterlinas de janeiro de 2006 a dezembro de 2016.



Fonte: UK House Price Index.

Como se vê, o preço médio das casas subiu até 2008, elevando-se de mais de 150 mil Libras para quase 200 mil Libras no fim de 2007. Com o evento da crise, pode ser vista uma diminuição gradativa do preço para patamares iguais aos anos anteriores à mesma, chegando a pouco mais de 150 mil libras em 2009, sendo o momento em que as casas atingiram seu menor valor. Partindo desse ponto, os preços voltaram a subir vagarosamente, igualando o pico pré-crise somente em meados de 2014 e mantendo o crescimento nos anos seguintes, passando do marco de 200 mil Libras no fim de 2015.

Essa perspectiva revela um empobrecimento generalizado das pessoas, pois significa um contínuo aumento nos preços residenciais. Isso deve significar também, por consequência, que tanto o comércio imobiliário quanto o valor dos aluguéis se tornou mais caro, ou seja, viver nas regiões urbanas no Reino Unido é cada vez mais difícil quando se leva em consideração o aluguel ou a compra de uma casa. Dessa maneira, pode ser inferido que os britânicos têm passado por um momento de dificuldade em relação à sua renda versus seus custos de moradia, o que é um indicador de diminuição no nível de conforto dessa população, situação que também será examinada no quesito de migrações.

Além desse fator, a inflação foi um problema após 2008 pois sendo um indicador do aumento dos preços e sendo que esse efeito não foi acompanhado pelo aumento na renda das famílias, o resultado é a redução do poder de compra da população. Dessa maneira, a inflação que atingiu o Reino Unido (como pôde ser visto no Gráfico 8 do Capítulo 3) teve alto impacto social e psicológico, pois foi muito ligada à impotência do governo em tomar o controle da situação.

#### **4.2.4 Benefícios versus contribuição**

##### **4.2.4.1 Finanças públicas e o *Welfare State***

Como pode ser visto no Gráfico 9 sobre endividamento governamental, no Capítulo 3, o governo britânico está no presente com uma dívida de aproximadamente 90% de seu PIB – esse que segundo o World Bank foi de 2,62 trilhões de Dólares em 2016. Por causa disso, o professor da Universidade de Glasgow, Ewan Macdonald (2010), coloca que o governo britânico não pode mais sustentar o fardo financeiro de um amplo sistema de benefícios de bem-estar social. Esse sistema tem sido criticado desde a implantação de medidas liberais nos anos 1980, pois tem se demonstrado pouco resiliente com as mudanças que o mundo vem passando, como competitividade internacional e liberdade de circulação de capitais, acarretando sintomas como evasões de investimento e de lucro. Disso, conseqüentemente, surge uma diminuição na arrecadação de impostos e no crescimento, fazendo com que o *Welfare State* se torne cada vez mais inviável com o passar do tempo.

Somado a isso, é necessário observar que a população do Reino Unido pode ter sido levada a acreditar, por meio de propagandas nacionalistas e isolacionistas, tanto midiáticas quanto político-partidárias, que havia um problema na seguridade social causada por imigrantes, embora estes na verdade não trouxessem um real problema, como foi visto anteriormente. Isso pode ser observado pela reportagem do The Guardian feita logo após a votação, intitulada “Fear of immigration drove the leave

victory – not immigration itself ”<sup>16</sup>, de junho de 2016, que coloca que os condados ingleses que tiveram maior número de votantes pela saída foram os que menos tiveram experiência com imigração, enquanto aqueles que tiveram maior contato apresentaram maior quantidade de votantes pela permanência – esse foi o caso de grandes cidades como Londres e Manchester, que absorvem a maior parte dos imigrantes e tiveram a maioria de votos para a permanência.<sup>17</sup>

Dessa maneira, conclui-se que a opinião pública pode ter acreditado que o sistema de benefícios da qual desfruta (que já vem apresentando problemas tanto no funcionamento quanto dentro das finanças públicas) ainda pudesse piorar com a imigração. Além disso, pode ser somada a isso a falta de interesse da população de que o governo britânico continuasse a fazer investimentos na União Europeia por meio de auxílios para países em crise.

Tratando-se da diferença entre recebimento de benefícios vindos do governo versus a contribuição dos imigrantes (dada na forma de impostos e taxas), Springford (2013) ressalta que durante boa parte da vida eles mais contribuem do que recebem do Estado. A razão para tanto provém do fato de que muitos deles são jovens ou adultos e estão empregados, pagando impostos e utilizando pouco dos serviços oferecidos pelo sistema de bem-estar social. De toda forma, é posto ainda que, dentre o total de imigrantes da UE, aqueles que buscam no Reino Unido o uso de seu sistema de seguridade são minoria (sem real significado em termo numérico), o que não justifica uma política pública para isso, como pode ser visto no quadro a seguir:

---

<sup>16</sup> “Fear of immigration drove the leave victory – not immigration itself”. Em tradução livre: Medo da imigração levou ao a vitória do voto pela saída - não a imigração que realmente aconteceu.

<sup>17</sup> De toda forma é importante lembrar que, em geral, as cidades grandes sempre tiveram maior tendência a serem cosmopolitas.

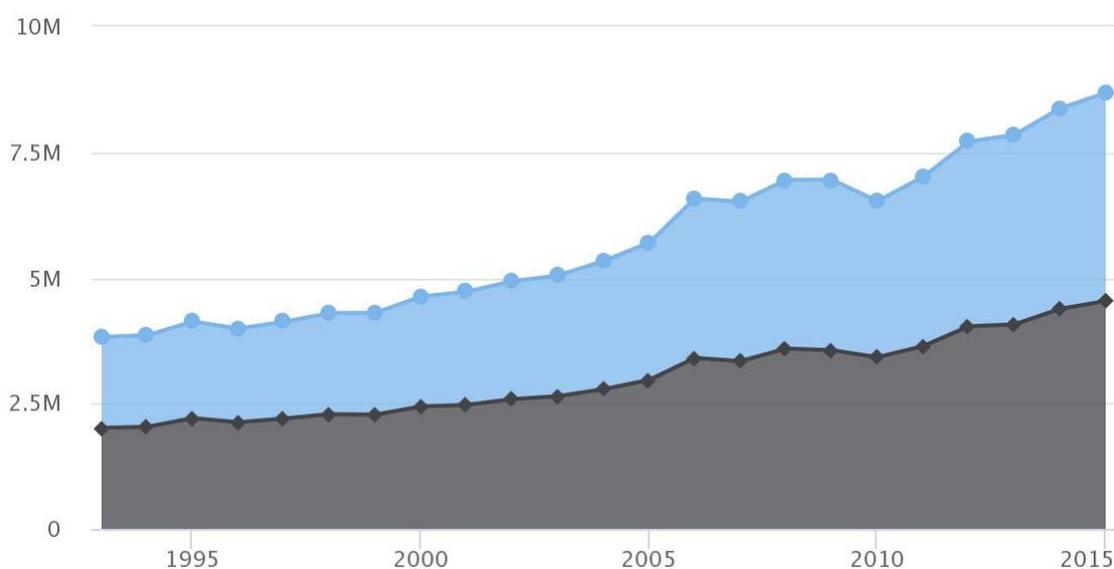
Quadro 2 – Reivindicações de benefício de migrantes recentes no Reino Unido em 2012.

Proporção de emigrantes da Área Econômica Europeia que chegaram após 2010	%
Desempregado	7,8
Reivindicação do subsídio de desemprego	1,9
Reivindicando o subsídio de desemprego e no Reino Unido por menos de 6 meses	0,4
Reivindicando o subsídio de desemprego e nunca trabalhou no Reino Unido	0,2
Poderia reclamar benefícios de desemprego	6
Observações totais	1889

Fonte: Labour Force Survey / The CER commission Briefing.

Apesar disso, o autor considera a falta de escolas para a população de jovens um problema nessa questão, causado possivelmente pelo excesso de alunos quando contados também os filhos de imigrantes, fator que ele coloca como um motivador para os nativos terem pouco apreço pela situação.

Gráfico 16 – Total da população nascida no exterior em milhões de 1993 a 2015.



Fonte: Migration Observatory University of Oxford / Labor Force Survey.

O número de homens (azul) e de mulheres (preto) nascidos fora do Reino Unido e contados na pesquisa teve pequeno crescimento até o início dos anos 2000, mantendo-se abaixo dos cinco milhões de pessoas. Partindo desse período, esse número começou a crescer com rapidez até 2008, mantendo-se relativamente estável até 2010, quando volta a crescer e ultrapassa os 8 milhões de pessoas.

Observando os dados dispostos nos gráficos sobre imigração, pode ser visto que as ondas imigratórias para o Reino Unido realmente aumentaram em volume desde a adesão do A8 em 2004, continuando a crescer desde então, com uma pequena queda depois de 2008 até 2012 que talvez signifique o período de crise econômica na Grã-Bretanha. Depois esse número volta a crescer, atingindo mais oito milhões de imigrantes ainda em 2015, o que correspondia a cerca de 13,5% da população do país (sendo que em grandes cidades, como é o caso de Londres, essa taxa chega a 37%, segundo dados do UK Office for National Statistics).

De forma geral, a imigração em si pode ser vista como benéfica para a economia, se for considerado que ela amplia o mercado consumidor e auxilia no remanejamento da ocupação dos postos de trabalho para manter a produção. Porém, segundo o relatório de John Springford (2013), o povo da Grã-Bretanha se demonstrou hostil à continuidade da liberalização das fronteiras, dado que a população foi informada de forma tendenciosa – o resultado do referendo também corrobora com essa visão.

#### **4.2.5 Xenofobia**

O movimento social de nativos em diversos países na Europa – que se coloca contra a imigração, contra a cultura do imigrante e por vezes até mesmo contra a pessoa do imigrante – tem ganhado força e, nesse sentido, tem sido chamado de xenofobia, a qual pode ser classificada da seguinte forma segundo Smelser, N. J. e Baltes, P. B (2001, apud UNESCO, 2017):

Originalmente, a palavra xenofobia vem das palavras gregas *xénos*, que significa "o estranho" e/ou "o convidado" e *phóbos*, que significa "medo".

Assim, a xenofobia significa "medo do estranho", mas geralmente o termo é chamado a "ódio ao estranho". A xenofobia pode ser entendida como "uma orientação de atitude hostil contra não-nativos em uma determinada população."<sup>18</sup>

Esse manifesto da população nativa, levando-se em consideração também o caso britânico, tem gerado problemas para diversos segmentos tanto do poder quanto da economia e da sociedade em si. Isso porque são “atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e muitas vezes difamam as pessoas, com base na percepção de serem estrangeiros ou estrangeiros para a comunidade, a sociedade ou a identidade nacional” (ASIA-PACIFIC NGO MEETING apud UNESCO, 2017)<sup>19</sup>.

Segundo a Unesco, há dois motivos que podem ser atribuídos para os distúrbios sociais que teriam dado origem à xenofobia em geral. O primeiro é o fato de as imigrações terem crescido em número por todo o mundo por causa da internacionalização do mercado de trabalho na era pós-colonial e da percepção por parte das sociedades receptoras de que os então imigrantes estariam “roubando” seus empregos ou colocando os nativos em situação desfavorável. O segundo motivo seria a globalização em si, no sentido de a mesma ter aumentado a competitividade entre os países, principalmente em nível econômico, fazendo-os diminuir os gastos sociais e assim empurrando um maior número de pessoas à margem da sociedade – essas pessoas são as mais propensas a competir com imigrantes por cargos e auxílios e, dessa maneira, têm menos apreço pela imigração.

É preciso considerar também que a xenofobia não ocorre necessariamente em relação direta ao número de imigrantes – grandes quantidades de imigrantes concentrados em alguma área não causam necessariamente reações desse tipo –, mas sim pelo declínio social de alguns grupos específicos da sociedade nativa

---

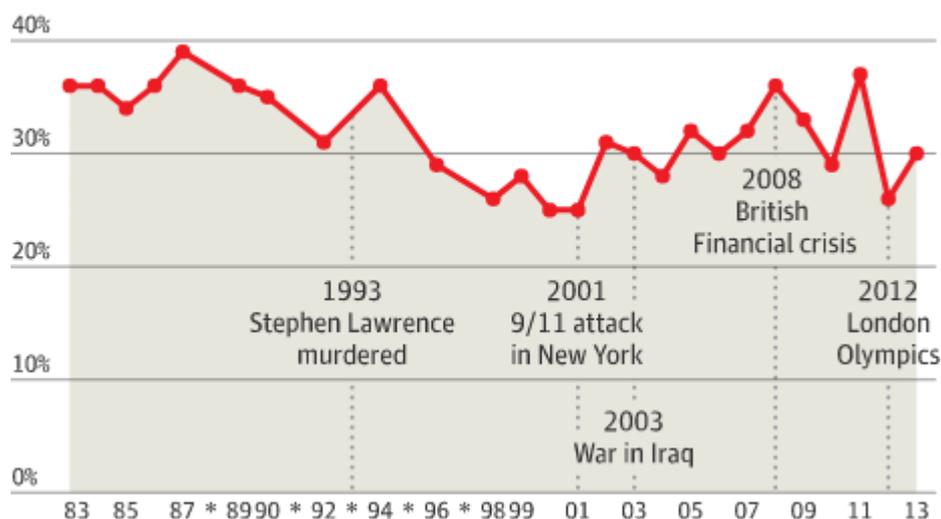
<sup>18</sup> Tradução própria.

<sup>19</sup> Tradução do original, encontrado no site da Unesco: "attitudes, prejudices and behaviour that reject, exclude and often vilify persons, based on the perception that they are outsiders or foreigners to the community, society or national identity".

somado ao surgimento e empoderamento da direita na política, podendo gerar as condições para o surgimento desse problema. (UNESCO, 2017).

Dessa maneira, é importante fazer uma análise do preconceito que tem sido deflagrado contra o imigrante e em que nível ele acontece. Para tanto é necessário mostrar numericamente, focando no caso britânico, a quantidade de pessoas em relação ao quanto se consideram preconceituosas e discriminatórias – tal relação será contemplada no gráfico a seguir.

Gráfico 17 – Percentual de pessoas que consideram ter algum nível de preconceito “racial” de 1983 a 2013.



Fonte: The Guardian/BSA.

\*Anos em que não ocorreu pesquisa.

O gráfico faz uma retomada de 30 anos, de 1983 a 2013, onde está marcado o quanto as pessoas se consideram preconceituosas em relação à “raça”. O percentual na análise se inicia entre 30% e 40% e se mantém ao longo dos anos, mas com pequenas oscilações. Porém, é possível ver uma tendência para a diminuição da taxa a partir de 1994, que se mantém na média abaixo de 30% até 2001, onde o preconceito volta a subir percentualmente na população e volta para mais de 30%,

mantendo-se constante e com pequenas variações (como durante as olimpíadas de Londres).

Observando-se o gráfico anterior, pode ser visto que o Reino Unido é ainda um país com população bastante preconceituosa quanto à questão “racial”, sendo tal preconceito um dos possíveis motivos para a população nativa ter votado pelo Brexit.

#### **4.2.6 A situação dos Emigrados do Reino Unido na UE**

Em oposição a essa situação é preciso considerar também que há emigrantes britânicos em outros países da UE e não somente o contrário, tal como ocorre na Espanha. Essa situação é colocada no relatório de John Springford (2013), pois, no caso específico, o reino ibérico é o principal destino de aposentados britânicos que buscam por moradia em regiões de clima mais quente. Lá os migrantes usufruem de todo o sistema de saúde e de seguridade social oferecido pela parceria entre o Reino da Espanha e o Reino Unido através da EU.

Ainda segundo o relatório, a saída seria um problema para os ajustes dessa parceria, pois a Espanha poderia passar a cobrar pela assistência dada aos seus imigrantes, mais de 400 mil segundo Banco Mundial (2012, apud Springford, 2013), já que os mesmos são realmente custosos para seu orçamento, já prejudicado pela crise. Dessa forma, os migrantes britânicos também são colocados em posição controversa quando se observa a forma com que seus conterrâneos veem a imigração e o assistencialismo estatal.

## 5 CAPÍTULO IV – AS CAUSAS POLÍTICAS

Quando se observa o quadro de mudanças na opinião da sociedade britânica (relacionado também com o que foi visto no capítulo anterior), é plausível intuir que fatores políticos tiveram fundamental relevância na tomada de decisão que resultou na escolha por Brexit. Portanto, para compreender o viés político pelo qual a população foi guiada no contexto pré-referendo, no presente capítulo serão dispostas diferentes aproximações de análise, todas ligadas à esfera política, sendo elas a independência em relação à UE (5.1), as mudanças na esfera política (5.2) e a cultura britânica (5.3). Essas aproximações têm o objetivo de demonstrar as formas pelas quais a política se alterou interna e externamente na relação do Reino Unido com a União Europeia e como os políticos (observando-os como influenciadores) se comportaram em relação ao caso, além de como isso pode ter refletido na população.

### 5.1 INDEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO À UE

#### 5.1.1 Incerteza sobre o British Rebate

Dentre os acordos negociados pelo Reino Unido com a União Europeia figura um, em específico, sobre o desconto na contribuição dessa nação para o orçamento anual de tal organização. Tal acordo, como defendido pelos apoiadores pela saída, não é um valor fixo e nem é garantido em nenhum tratado.

O British Rebate – ou Cheque Britânico, em português – foi o reflexo da situação em que se encontrava o Reino Unido na época de sua negociação. A condição era basicamente o fato de tal país estar em piores condições de desenvolvimento econômico e de riqueza (aqui entendida como PIB *per capita*) se comparado com a média da Comunidade Europeia, estando em cerca de 90%, e o fato de ser o maior contribuinte líquido da Organização (contribuição menos recebimento de benefícios). Dessa forma, via-se como injusto o pagamento integral, uma vez que 70% do orçamento era voltado para a Política Agrícola Comum,

enquanto a Grã-Bretanha era ainda bastante industrializada e não se utilizava disso. Portanto, foi criado esse mecanismo de compensação financeira que representa o reembolso de dois terços da contribuição líquida do ano precedente (Euroogle/Coelho, 2017).

Tais acordos foram negociados por Margareth Thatcher, a então Primeira-Ministra britânica, em 1984, e pré-estabeleciam um desconto na contribuição que a Grã-Bretanha fazia à União Europeia. Estes eram renegociados a cada sete anos dentro do quadro de programação orçamentária de longo prazo da UE, sendo que o atual acordo vigorava desde 2014 até 2020. Contudo, é importante colocar que tal negociação era feita em âmbito de reunião dos chefes de estado da organização e exigia aprovação por unanimidade, tornando a condição favorável ao Reino Unido – já que o mesmo poderia rejeitar mudanças muito drásticas no reembolso, mesmo a contragosto dos outros chefes de estado (BBC/Kovacevic, 2016).

Tal “vulnerabilidade”, como é colocado pelos cétricos à UE, poderia vir a se tornar prejudicial às finanças públicas nacionais caso esse desconto fosse terminado em algum momento, já que a contribuição à Organização é muito alta segundo tais cétricos, ficando próximo de 19 bilhões de Libras Esterlinas, sendo que o valor com desconto é de 13 bilhões.

É importante ser considerado também que, em oposição a isso, a União Europeia fazia investimentos no Reino Unido, em regiões menos desenvolvidas, fazendo com que o valor líquido entre tais contas tenha ficado por volta de 8,6 bilhões de Libras (FullFact UK, 2017) – como já comentado no Capítulo 2.

### **5.1.2 O custo da União Europeia**

Um dos argumentos largamente repercutidos pela mídia britânica em prol da saída foi o custo que a União Europeia trazia para o orçamento final dos consumidores do Reino Unido. Esse fator é determinante dentro do contexto político, uma vez que o conselho europeu decide as tarifas para a importação de bens de consumo (principalmente se tratando de alimentos) e o faz protegendo os mercados internos.

O conselho europeu tem uma legislação específica para a proteção de produtos de origem intrabloco, tanto na agricultura quanto na pecuária. Segundo a Política Agrícola Comum, dentre outros, os auxílios dados a esses setores têm como objetivo apoiar o pequeno proprietário com a produção e protegê-lo contra flutuações no preço e possíveis volatilidades no mercado internacional.

Esse tipo de legislação é, por vezes, interpretado como protecionismo a áreas específicas da UE, como sugere a matéria do *The Guardian* de 2011 intitulada “*EU agriculture policy 'still hurting farmers in developing countries'*”, que foi largamente comentada em todo o mundo por expor como tais práticas da UE têm prejudicado injustamente o comércio internacional de produtos. Como ainda é sugerido em tal matéria, pode-se concluir que há menos competição porque há também menos oferta, uma vez que é mais difícil que outros mercados (de outros países) entrem com seus produtos no bloco. Assim, dentro do bloco, os produtos desse segmento permanecem com um preço maior.

Essas decisões têm forte influência na “cesta básica” da população, já que, com preços maiores para produtos de necessidade básica, como é o caso do trigo, milho e frutas (que poderiam ter preços menores se vindos de outros mercados), o valor gasto para as compras é maior. Nesse sentido, o valor despendido pelos britânicos com produtos básicos poderia ser menor, ou seja, sair da UE poderia gerar um aumento no poder de compra da sociedade, sendo esse um dos argumentos neoclássicos usados pelos políticos eram a favor do Brexit.

Por uma diferente visão sobre o custo de fazer parte da União Europeia, para este trabalho, é importante também ser colocado que na verdade o Reino Unido apesar de fazer parte da União não era um membro completamente integrado. Com isso, é relevante ser colocado que a Grã-Bretanha não era parte do Acordo Schengen e nem da Zona do Euro e que isso é de vital peso na hora da escolha, tanto por parte da população quanto do governo dessa nação, pois não estar completamente integrado ao sistema europeu torna mais propícia a saída. Assim, pode ser inferido que o fato desse país não ter feito parte da completa união monetária e territorial

proposta pela EU, facilitou a possibilidade popular e governamental em escolher e permitir a saída.

### **5.1.3 Crítica à burocracia de Bruxelas – regulamentação das bananas**

Um dos principais motivos que levaram a opinião pública a votar pelo Brexit foi o excesso de burocracia que vinha sendo imposto ao Reino Unido, provindo da assim chamada capital da União Europeia, Bruxelas. Isso pode ser verificado nas pesquisas com eleitores (como aquela citada na seção 5.3.3 do presente capítulo) que demonstram o sentimento de falta de representatividade nessa instituição pela população.

Tal burocracia é relacionada às inúmeras regulamentações que os órgãos administrativos da EU criaram para o mercado comum, assim como para as leis de migração. Como exemplo, um caso que foi largamente criticado dentro do Reino Unido foi a legislação sobre o formato das frutas que circulavam dentro do mercado comum.

Para ilustrar o caso, segue parte da legislação da Comissão Regulatória 2257 de 1994, na seção sobre bananas, que para serem comercializadas dentro do bloco europeu deveriam seguir diversos padrões de qualidade, como:

- A haste intacta - sem flexão, dano fúngico ou dessecação;
- Livre de malformação ou curvatura anormal dos dedos;
- Praticamente livre de hematomas;
- Praticamente livre de danos devido a baixas temperaturas;
- Livre de umidade externa anormal.

Esse tipo de regulamentação foi duramente repreendida, principalmente durante a campanha pela saída, sendo utilizada como base para o argumento de que o Parlamento Europeu estaria mais preocupado em legislar sobre detalhes de produtos do que sobre problemas mais relevantes dos países do bloco.

## **5.2 MUDANÇAS NA ESFERA POLÍTICA**

### 5.2.1 Partidos Europeus de Direita

Na Europa, assim como no resto do mundo, tem ocorrido uma “guinada” social à direita, direcionando o governo de diversas nações para um viés mais nacionalista e menos liberal no sentido de interdependência. A Alemanha, por exemplo, pela primeira vez neste ano, desde a Segunda Guerra Mundial, conta com a presença de integrantes de extrema direita em sua câmara parlamentar, com a ascensão do partido “Alternativa para a Alemanha”. No caso específico aqui tratado, dar-se-á enfoque à Grã-Bretanha, em que o principal partido que representa essa direita, que se afasta do *establishment* (como é colocado pelos seus participantes) da União Europeia e da situação econômica, é o *United Kingdom Independence Party* (UKIP).

#### 5.2.1.1 Caso Inglês – o UKIP

O Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) é um partido de Direita do Reino Unido que teve grande influência sobre a votação que resultou no Brexit, tendo sido fundado em 1993 dentro da *London School of Economics* por um membro da Liga Antifederalista, associação que visava criar candidatos que se opusessem, quando no poder, ao Tratado de Maastricht (Hunt/BBC, 2014).

O poder de tal partido (aqui considerado em número de votos para a ocupação de assentos no parlamento) nunca foi muito grande dentro do Reino Unido em questão de eleições gerais, no entanto, se observada a situação do partido em relação ao Parlamento Europeu, sua participação chega a mais de um quarto dos votos. Faz-se importante considerar, no entanto, que o sistema político britânico é multipartidário, mas que na prática funciona apenas com dois partidos se revezando no poder (Conservador e Trabalhista). Dessa maneira, a consolidação e perpetuação do UKIP (enquanto outros pereceram) demonstra que a situação está disposta de tal forma que ocasiona o apoio a tal partido por parte da população.

Em sua carta constituinte é posto que o partido se colocará no sentido de tornar o Reino Unido voltado mais para si mesmo do que para os outros países, e que

as leis e regras aplicadas dentro do território britânico deveriam ser criadas exclusivamente por britânicos. Dentre seus objetivos específicos, ainda na carta, tal partido se posiciona contra a União Europeia e o que ela almeja e representa, assim como contra qualquer entrega de soberania a qualquer organização internacional, desejando o fortalecimento da tradição nacional. Além disso, também se coloca a favor do ideário de liberdades individuais e de uma diminuição do Estado.

É nesse partido que surge um novo representante que teve influência crucial na propaganda pela saída e contra UE: Nigel Farage. O político, de 53 anos, não cursou nenhuma universidade, mas se tornou influente sendo *trader* na City de Londres. Assim como o partido do qual faz parte, Farage sempre foi eurocético e avesso à entrega de demasiadas responsabilidades à União Europeia. Por causa disso, com o objetivo de representar os princípios de seu partido, em 1999 ele entra no Parlamento Europeu pelo UKIP (que até então era o restante de outro partido conservador com os mesmos princípios, chamado *Referendum Party*).

Farage fez de sua campanha um ataque ao sistema da UE, contrapondo as liberdades propostas pela Instituição e os problemas que as mesmas, segundo ele, estariam causando. Segundo artigo da BBC sobre ele:

Farage aumentou o enfoque do seu partido no impacto da imigração causado pela adesão à UE, dizendo que a política de "portas abertas" da Grã-Bretanha, "... " traz escassez de habitação, saúde, lugares escolares e empregos para jovens. Ele pretendia ser visto como um justiceiro para os marginalizados, não apenas os mais velhos, mas também a classe média alienada pela rápida mudança social causada pela imigração em massa e os eleitores da classe trabalhadora foram deixados enquanto buscam empregos e aparentemente são ignorados pelo crescente profissionalizada "classe política".<sup>20</sup>

Esse tipo de atitude, por parte de Farage, pode ser observado em diversos meios midiáticos. Um exemplo, em inglês, é o do jornal *The Independent* (segue no Anexo B), que demonstra o tipo de mensagem que esse político desejava passar e de

---

<sup>20</sup> Artigo da BBC de 4 de julho de 2016: The Nigel Farage story.

que forma era transmitida. Nesse depoimento, resumidamente, ele coloca que saindo da EU o Reino Unido estaria recuperando o controle de seu próprio governo e que a tal organização supranacional está, na verdade, atrasando o desenvolvimento do país, uma vez que ela própria seria atrasada e estagnada. Além disso, ele ainda adiciona que a crise na zona do Euro é uma demonstração de como esse projeto – a UE – não funciona.

#### 5.2.1.2 Retomada do poder pelo Partido Conservador

Com o objetivo de compreender de onde surgiu a possibilidade do referendo para a escolha entre a permanência ou saída, faz-se necessária a compreensão da política interna Britânica. Para tanto, é preciso observar que o UKIP exerceu grande pressão em diversos escalões do governo e dos partidos, por muitas vezes exigindo de partidos maiores que fosse apresentada a solução para o problema com a UE.

Somado a isso, o próprio Partido Conservador – um dos partidos mais fortes na Grã-Bretanha e que atualmente está no poder – amargou durante anos (governos de Tony Blair e Gordon Brown) uma aproximação maior com a UE, sendo que tal atitude sempre teve opositores entre os Conservadores. Posteriormente, por causa do alastramento da crise de 2008, o Partido Conservador teve sua chance de governar, já que a sociedade buscava maior austeridade e um governo que resolvesse os problemas econômicos nacionais. Dessa maneira, o Partido Conservador assume 307 assentos na Câmara dos Comuns e David Cameron, representante do partido, toma o Poder como Primeiro-Ministro em 2010.

Porém, o governo de 2010 a 2014 teve de arcar com problemas econômicos contínuos, estes podendo ser revistos no primeiro capítulo do presente trabalho. Em razão disso e desejando ser reeleito, David Cameron prometeu na campanha de seu partido a convocação de um referendo sobre a permanência ou saída do Reino Unido como membro da UE. Segundo o jornal *The Telegraph* na matéria “*Election 2015: How David Cameron's Conservatives won*”, essa promessa foi provavelmente um dos grandes motivadores para a reeleição dos conservadores. Contudo, aparentemente

David Cameron não estava realmente contando com a escolha pela saída, uma vez que promoveu o referendo como forma de acalmar os ânimos, buscando “calar” a oposição e se consolidar no poder – esperando, é claro, o resultado pela permanência. Com tal resultado não sendo alcançado, ele decide abdicar, delegando seu posto para Theresa May.

### **5.2.2 Declaração de Tony Blair**

Tony Blair foi Primeiro-Ministro do Reino Unido de 1997 a 2007, mas ainda hoje é um dos políticos britânicos com maior proeminência no cenário internacional. Além disso, durante seu governo ele foi, segundo ele mesmo, um grande entusiasta da União Europeia e viu com pesar o resultado do referendo que decidiu pela saída. Ademais, Blair é também um representante do Partido Trabalhista do Reino Unido e um conhecedor da política britânica na prática. Dessa maneira, ele estabeleceu alguns motivos (com uma visão mais interna do ocorrido) que são importantes de serem ressaltados. Portanto, sua opinião sobre o assunto é um importante adendo à análise política e a seguir serão elencados (focando nas causas) alguns dos motivos, com base na entrevista do político para o jornal *The New York Times* de 24 de junho de 2016<sup>21</sup>.

Respondendo sobre as causas, Blair comenta que a direita britânica achou uma questão que está causando alvoroço por todo o mundo: a imigração. Essa questão uniu parte do partido conservador e a extrema direita (UKIP), e por seu foco também conseguiu apoio dentro dos eleitores trabalhistas, que foram os que contribuíram decisivamente para o ganho do voto pela saída. Nesse ponto, Blair faz uma crítica específica ao Partido Trabalhista (partido do qual fez parte) por não ter sido hábil em transmitir uma mensagem clara para combater tais argumentos negativos em relação à imigração, mesmo que estes beneficiassem a oposição que governava. Além disso, Tony Blair coloca ainda que, com a diminuição da renda das

---

<sup>21</sup> Entrevista “Tony Blair: Brexit’s Stunning Coup” (disponível no anexo C).

famílias e dos gastos do governo com benefícios sociais, os “eleitores trabalhistas” fizeram voto de protesto antigoverno – em sua opinião também por causa dessa falha do Partido Trabalhista.

### 5.2.3 O uso da mídia como instrumento político

Como já citado no presente trabalho, existiu grande influência da mídia na decisão final dos eleitores, sendo que ela, inclusive, foi utilizada para que políticos disseminassem argumentos eurocéticos. Para tangibilizar tal afirmação, seguem algumas demonstrações de depoimentos de políticos e personalidades da mídia britânica em prol do voto pela saída.

Em depoimento para o jornal *The Telegraph*, em fevereiro de 2016, o Ministro da Agricultura britânico, George Eustice, fala que a União Europeia pouco acrescenta em benefícios para a agricultura nacional e que ainda acaba atrapalhando. Segundo Eustice, “a realidade de trabalhar na legislação da UE é que tentar fazer o mais simples curiosamente torna-se complicado e, muitas vezes, impossível”.<sup>22</sup>

Já em declaração para o jornal *The Sun*, Lord Owen (ex-secretário de Assuntos Internacionais), em fevereiro de 2016, coloca que os planos que originaram a União Europeia não são mais aqueles que hoje a movem e comenta que a zona do Euro está demonstrando seus maiores problemas. Também coloca que o futuro da defesa nacional deveria ser entrelaçado à Otan e não à UE. Finalizando, Owen afirma: “minha decisão é confiante: agora é hora de votar para deixar a UE”.<sup>23</sup>

Além dessas, outras declarações de grande importância vieram do então Prefeito de Londres, Boris Johnson. Ele teve um forte posicionamento pró-Brexit, dizendo em várias ocasiões e em diversos meios de comunicação que era desejoso da saída e que a mesma traria benefícios, ao contrário da permanência, que estaria atrapalhando o desenvolvimento do Reino Unido. Johnson coloca em discurso que as práticas da UE são pouco democráticas e pouco representativas, e em entrevista para

---

<sup>22</sup> Tradução própria.

<sup>23</sup> Tradução própria.

a BBC, aqui reproduzida pelo The Guardian<sup>24</sup> de 2016, ele se refere à saída da UE de forma igual à saída de uma prisão, pois a partir de então, segundo ele, se abririam oportunidades inteiramente novas para o país.

Essas opiniões foram largamente divulgadas pela mídia e refletiram diretamente no voto das pessoas, como pode ser visto na parte final do presente capítulo, na seção 5.3.2, onde muitas pessoas justificaram seus votos com base em argumentos aqui colocados. Além disso, para se ter compreensão do quão forte foi a campanha pela saída, existe um *website* chamado “Vote to Leave: Take Control”<sup>25</sup> em que era promovida a apologia a esse viés de argumentação (pela saída), tendo este uma área específica onde eram dispostas tais notícias, além de outras que tinham o intuito de promover propaganda nacionalista.

### 5.3 CULTURA BRITÂNICA

A identidade dos povos europeus desde sua origem foi formada pelas diferenças entre suas diversas culturas (seja pelos diferentes idiomas, por uma diferente crença ou mesmo por diferentes formas de comportamento em sociedade). Tais diferenças, por vezes, causaram conflitos e originaram as diversas nações. Porém, na atualidade existe um esforço, principalmente a partir do pós-Segunda Guerra, em enaltecer aquilo que torna os povos europeus parecidos ao invés de diferentes – prova disso foi o surgimento da União Europeia. Contudo, a Grã-Bretanha em pouco parece compartilhar esse sentimento de identidade comum que é visto na Europa continental.

Fazendo um breve apanhado das características que compõem a cultura britânica e contrapondo com as características assemelhadas na Europa continental, é possível construir um panorama básico de identidade de cada povo e, partindo disso, observar as diferenças entre eles (considerando que essas são difundidas no ideário

---

<sup>24</sup> Matéria do The Guardian: Boris Johnson: Leaving EU would be like “prisoner escaping jail”.

<sup>25</sup> Website Vote to Leave: Take Control: [www.votetoleavetakecontrol.org](http://www.votetoleavetakecontrol.org).

dos nacionais britânicos) para justificar o senso de distância cultural que a população britânica acredita existir para não se sentir pertencente à cultura europeia.

Há diversas características peculiares ao Reino Unido que, apesar de não serem exclusivas do mesmo, constroem uma imagem diferenciada dos demais países da Europa continental, principalmente aqueles que formam a “coalizão de força” dentro do bloco europeu (França e Alemanha). Dessa forma, em uma primeira disposição, elenca-se a Monarquia inglesa, uma instituição temporal com mais de 8 séculos e representada atualmente pela casa real de Windsor, com sua chefe na pessoa da Rainha Elizabeth II. A monarquia britânica é por muitos considerada símbolo de união, assim como ponto de referência moral e ideológico para a nação. Essa monarquia, no entanto, não governa efetivamente, o que leva a uma segunda característica dessa nação, o Parlamentarismo – sistema de governo onde as câmaras de parlamentares eleitos pelo povo exercem o poder legislativo e o primeiro-ministro dispõe de poderes de governante no sentido de poder executivo. Além dessas características, uma singularidade dada apenas a essa nação é ser berço do Anglicanismo, religião oficial na Inglaterra, com o chefe da casa real sendo também seu representante máximo.<sup>26</sup>

Atentando-se ao posicionamento no campo político internacional, outra característica que é possivelmente de grande apreço para o povo britânico são as vitórias em ambas as guerras mundiais e, nesse ponto, dá-se forma a uma oposição em relação à Alemanha. Tais vitórias implicaram posteriormente em ocupar um assento permanente no conselho mais importante em questão de segurança no mundo, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, posição esta que traz consigo um significado de importância e o estabelecimento de seus membros como potências militares mundiais.

Em tal contexto, outro ponto fundamental a ser posto entre as características que fazem do Reino Unido uma potência é seu status econômico. Essa colocação se dá, como já pôde ser visto no Capítulo 1, por algumas características peculiares ao

---

<sup>26</sup> Dados de referência retirados do site CIA World Factbook.

Reino Unido. A primeira é uma economia altamente financeirizada, provinda da liberalização econômica dos anos 1970, que permitiu a criação de um forte sistema bancário e um dinâmico mercado de capitais. Em segundo lugar, mas não menos importante, é de relativa exclusividade britânica dentro do bloco possuir uma moeda independente, que pode ser manejada e que está livre da influência direta do poder do Banco Central Europeu – no caso a Libra Esterlina. Tal moeda, além de ser importante em diversos tipos de transações de capitais internacionais, ainda reflete a importância econômica da nação em um alto valor de troca se comparado ao Dólar Americano.

Em oposição a esses símbolos da cultura britânica, pode ser visto no âmbito das características dos governos e economias o seguinte: sistemas de governo baseados em repúblicas, elencadas em parlamentaristas e presidencialistas, com forte influência católica nos países latinos (Itália e França principalmente) e também luteranos e protestantes em geral em países germânicos. No âmbito da geopolítica mundial, a Europa continental foi campo de guerra para as duas grandes guerras mundiais e tem em seus membros vencedores e derrotados das mesmas, como França e Alemanha, respectivamente.

Observando-se a economia da Europa continental, pode ser visto um menor dinamismo, pois, se comparado à economia Britânica, de forma geral as economias da França e da Alemanha (principais potências do bloco) são mais industriais e menos financeirizadas, o que levava (até antes da decisão pelo Brexit) à utilização de Londres como centro para negócios financeiros. Além dessa característica, ainda é preciso considerar também a importância do Euro dentro da economia do bloco e, como o mesmo, tal economia muito menos flexível e adaptável, como pode ser visto no caso da crise grega, além de tal moeda estar submetida ao controle do bastante rígido Banco Central Europeu.

Muitas dessas características têm colocado o povo britânico em uma posição mais conservadora e voltada para os costumes que moldaram seu país, passando a se considerarem mais britânicos do que europeus, como será tratado na análise da seção 5.3.2 do presente capítulo. Contudo, esse movimento tem encorajado o

aumento do poder de instituições como o UKIP (United Kingdom Independence Party), um partido mais à direita e que tem proposto soluções radicais para os atuais problemas do Reino Unido, incentivando e se utilizando da mídia para fazer apologia ao nacionalismo.

Segundo Samuel Pinheiro Guimarães (2008), “nacionalismo é o sentimento de considerar a nação a que se pertence, por uma razão ou por outra, melhor do que as demais nações e, portanto, com mais direitos, sendo manifestações extremadas desse sentimento a xenofobia, o racismo e a arrogância imperial”. Portanto, é possível se supor que uma iniciativa muito nacionalista possa trazer problemas para aqueles que não se encaixam no ideário da população como pertencente daquela nação – como os imigrantes.

Dessa forma, o UKIP pôde se utilizar de instrumentos, como a mídia, para basear e promover sua ideologia de nacionalismo brando e trazer uma ideia de dias melhores que já se foram mas podem retornar<sup>27</sup>. Porém, tal ideário pode ser acompanhado de preconceito e exclusão vindos do mesmo tempo que a Grã-Bretanha era uma grande potência internacional, com colônias, colonizados, senhores (lordes) e seus servos – tempo este em que fazer parte da Europa não significava apenas tratar das regulações da União Europeia, mas sim de guerras imperiais (Nye, 2014).

### **5.3.1 Perda de Identidade Britânica**

A Grã-Bretanha pode ser considerada o berço do governo representativo, assim como do parlamentarismo, sendo o primeiro país a adotar tal sistema ainda no século XIII, com a revolta de Barões Ingleses junto à Igreja Católica (na época ainda religião oficial da Inglaterra), que sobrepujaram o então Rei John e o fizeram concordar em assinar a um documento que submetia o Rei às leis “constitucionais” – tal documento foi chamado de Carta Magna. Esse documento também exigia do soberano que o mesmo se consultasse com seu conselho sobre suas decisões, sendo

---

<sup>27</sup> Melhor abordado na seção 5.2.3 do Capítulo IV.

tal conselho chamado de Parlamento pela primeira vez no ano 1236 (PARLAMENTO DO REINO UNIDO, 2017).

Com o passar dos séculos, vários países também adotaram o sistema de governo representativo e até mesmo parlamentarista, como é o caso de diversos países da Europa (Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal, etc). Mais recentemente foi adotado também pela União Europeia, com a criação do Parlamento Europeu (que propriamente dito surgiu em 1962). Esse órgão tem como objetivo legislar sobre assuntos pertinentes aos interesses da UE, como acordos internacionais, regulamentos e orçamentos dentro do bloco (UNIÃO EUROPEIA, 2017).

Ao entrar na Comunidade Europeia, no tratado de ascensão de 1973, o Reino Unido delegou parte de seu poder de decisão para tal organização. Atentando-se a isso é importante considerar que “a assinatura do tratado de Maastricht foi a primeira perda substancial de poder soberano desta ilha por quase mil anos. Esse nível de autodeterminação dá uma vitalidade quase espiritual às discussões de soberania”<sup>28</sup> (DUNT, 2011).

Esses fatos não demonstram necessariamente um apego à soberania nessa nação, mas sim um costume em sempre ter o seu povo dirigindo o país por si mesmo, uma vez que o fez durante séculos, com um parlamento com mais poder e mais independente em relação à UE. Somado a isso, existe uma espécie de nacionalismo nostálgico que se tornou um fator importante para entender a *psyché* da população que votou pela saída, pois, segundo o psicólogo Frank Farley citado por Jeffrey Kluger para a revista Time, o pensamento e visão da sociedade britânica sobre o status de sua nação se direciona da seguinte forma:

Continua a ser uma potência em nível Europeu com certeza, mas foi diminuída geograficamente para a ilha onde é estabelecida. “...”. Não devemos nos surpreender que, em um nível mais aprofundando, os britânicos se irritassem por apenas ser uma engrenagem no volante em oposição à roda.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Tradução própria.

<sup>29</sup> Tradução própria.

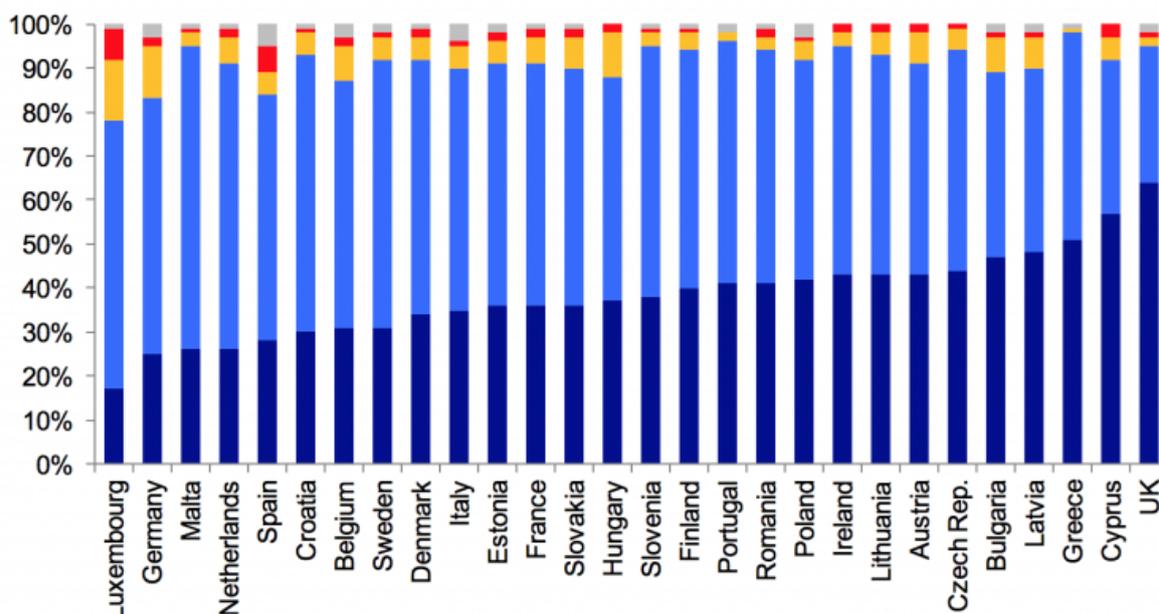
O psicólogo, segundo Klugel, faz alusão à Grã-Bretanha, que outrora poderia ter sido a maior potência do mundo (em sua história recente) e agora passa a ser apenas mais um integrante igualitário dentro de uma organização – no caso a UE. Ainda segundo ele, é compreensível que isso não seja bem recebido pelo povo britânico, que estava acostumado a ouvir de pais e avós os grandes feitos de seu país.

Essa visão também é compartilhada pelo professor da Trinity College, Ian Robertson (2016), em um artigo onde ele comenta que grande parte da campanha pela saída foi baseada em uma apelação pela noção de que, deixando a UE, a Grã-Bretanha voltaria a ser uma potência.

### **5.3.2 Falta de identificação com a Europa**

Dentro desse quesito, é necessário também compreender até que ponto os cidadãos do Reino Unido se sentem parte do todo Europeu, pois esse fator pode ser decisivo quando uma pessoa se alinha a uma tendência mais liberal (pró-EU) ou mais conservadora (pró-saída) para depois votar. Dessa forma, o gráfico a seguir mostra o quanto cidadãos de diversos países na Europa se sentem parte desse conjunto em oposição a própria nacionalidade:

Gráfico 18 – Disposição do sentimento nacionalista em percentual sobre a população de diferentes países na Europa.



Somente nacional (azul escuro); nação e depois Europa (azul claro); Europa e depois nação (amarelo); somente europeu (laranja) e nenhum (cinza).

Fonte: Eurobarometer.

Como visto, a maioria da população do Reino Unido (UK) se sente apenas nacional britânica (mais de 60%) e uma quantidade de cerca de 30% da população se sente antes britânica e depois europeia, deixando a preferência por ser europeu para números por volta de menos de 5%.

### 5.3.3 Opinião popular – entrevista com eleitores pró-saída

Para finalizar a observação do caso e para que ela seja compreendida no seu mais amplo escopo, a decisão pela saída deve ser analisada de forma direta com os cidadãos que votaram. Portanto, faz-se necessária uma verificação de opinião quanto às causas que motivaram a votação pela saída.

Para tanto, utiliza-se a entrevista do Jornal BBC<sup>30</sup>, em 25 de junho de 2016, ocorrida após o referendo e com diversos votantes pela saída, onde podem ser observadas algumas convergências nos motivos que o público médio britânico escolheu para basear seu voto. Esse público é diverso tanto em idade quanto em local de origem, e mesmo na situação econômica em que está inserido na sociedade.

O primeiro motivo colocado foi a falta de conexão entre os motivos iniciais que motivaram a entrada do Reino Unido (pelos quais os eleitores acreditavam que o país deveria estar dentro da União Europeia) e o que de fato estava acontecendo, além de quanto os trâmites internos da organização estavam atrapalhando o desenvolvimento nacional. Já o segundo foi a falta de representatividade do Reino Unido dentro da UE, acarretado pela dissolução dos votos dentro do Parlamento Europeu, e como as necessidades britânicas, enquanto população, estão sendo negligenciadas. O terceiro foi o descontentamento com a imposição do auxílio para com os países que ainda estão em crise econômica, tais como Portugal e Grécia.

Outro ponto que faz parte da opinião pública e pode ser considerado forte influenciador pelo voto pela saída é o posicionamento da opinião dos nacionais em relação ao que tem acontecido no norte da África. Com a Europa inteira recebendo refugiados, a situação em que estes chegam quando cruzam o Mediterrâneo e onde resolvem se estabelecer tem preocupado o povo britânico, que ao mesmo tempo se vê impotente, enquanto sob a ação dos tratados da UE, para conseguir resolver a crise de refugiados como achasse melhor. Tal preocupação pode ser vista no depoimento do ex-Primeiro-Ministro, David Cameron, quando propõe um plano de ensino público envolvendo o repasse dos “Valores Britânicos” depois de alguns eventos em escolas que trouxeram problemas com os novos imigrantes refugiados islâmicos.

---

<sup>30</sup> Autonomia, imigração e controle: britânicos explicam por que apoiaram a saída do Reino Unido da EU (a entrevista completa está disponível no Anexo A).

## 6 CONCLUSÃO

Em 23 de junho de 2016 ocorreu no Reino Unido o Referendo da União Europeia, sinalizando a vontade da população em deixar tal organização, o Brexit. Esse resultado tem tido repercussão mundial e provavelmente também terá impactos na economia, política e história do globo. Nesse sentido, o trabalho buscou fazer uma análise, através de levantamento de dados, das possíveis razões que motivaram o povo britânico a votar em sua maioria pela saída, além de também expor um pouco sobre as teorias que sustentam ambos os lados do voto.

Objetivando tratar da abrangência teórica do caso, no Capítulo I, são tratadas primeiramente as Teorias de Integração, aqui baseadas nos estudos de Karine de Sousa e Silva (2013). A autora explana sobre as organizações de integração regional, em específico sobre o caso europeu, tratando das correntes filosóficas que embasaram o pensamento dos líderes formadores e construtores da organização. Dessa forma, ela fala sobre o Funcionalismo, o Federalismo, o Neofuncionalismo e o Intergovernamentalismo, sendo que o trabalho em seu desenvolvimento se utilizou mais da visão intergovernamentalista, de cunho realista e que coloca que a cooperação está submetida aos interesses nacionais serem os mesmos da organização, e que não sendo assim o Estado não mais terá interesse em permanecer.

Na sequência, é tratado sobre a Teoria Eurocética, explicada com base no trabalho de Helle Schrøder Hansen (2008), que abrange os conceitos de significado do termo e sua aplicação dentro do contexto europeu. É posto pela autora que esse viés de pensamento tem sua origem no Reino Unido, sendo que sua principal contribuição para o trabalho foi a colocação de que na teoria existe um pensamento de soma zero onde qualquer nível de soberania entregue é perdido, ao invés de ser acrescido pela força da participação coletiva, sendo isso útil para entender o pensamento dos partidos de Direita no Reino Unido. Acabando o primeiro capítulo é feita uma retomada de outras teorias, de abordagem geral, que possibilitariam uma

análise sobre o que ocorreu a nível da razão das Relações Internacionais, tal proposição sendo do Professor Tim Oliver, da London School of Economics (2017).

Partindo disso, dá-se início à análise econômica do Reino Unido no Capítulo II e, a fim de explicar o atual formato de produção de riqueza na Grã-Bretanha, fez-se uma contextualização sobre as mudanças decorridas desde os anos 1970, quando esse país se tornou mais liberal no sentido econômico. Observou-se que isso tornou a economia, de certa maneira, dependente do sistema financeiro e que apesar de aumentar seu dinamismo, também escalou o problema numa crise, como ocorreu em 2008. Pode ser apontada como razão para tanto a falta de investimento na economia do conhecimento, que segundo Giddens (2001) representa a nova forma de a produção de riqueza, sendo que essa ausência é colocada como consequência de um sistema até certo ponto próspero, mas estagnado (seguido em toda a Europa, mas que no Reino Unido é fruto do sistema financeiro).

Além disso, tal estagnação é analisada como resultado também da própria participação na União Europeia, uma vez que os tratados constitutivos, e os acordos internos, obrigam os países a se auxiliarem em detrimento de seus interesses individuais. Assim a união busca um crescimento igualitário para todos seus membros, mas, ao mesmo tempo, barra o despontar de uma nação, seja positiva ou negativamente. Somado a esse baixo crescimento, é abordada a crise econômica de 2008 que afetou largamente a nação britânica, uma vez que gerou desemprego, desvalorização da moeda, aumento dos gastos do governo e inflação, causando também diversos problemas sociais.

Quando abordadas as razões sociais do Brexit, no capítulo III, observa-se as consequências econômicas causadas pela crise na vida das pessoas. Dessa maneira, diminuindo os padrões de bem-estar social, com a perda de empregos e a inflação, que levam ao empobrecimento da população. Contudo, ainda no viés social, é colocada a imigração, enfatizando suas causas e consequências.

Para abordar sobre imigração, foi colocado que hoje há um número grande de imigrantes no Reino Unido – chegando a mais de 8 milhões – e que eles realmente ocupam os cargos dos nacionais, mas também é posto que isso é necessário, uma

vez que a população nativa não seria suficiente para repor a mão de obra que está se aposentando. Além disso, essa população contribui para o sistema mais do que se beneficia dele, sendo que talvez o único problema que eles trazem seja o encarecimento no custo das moradias e, é claro, a xenofobia, que pode ser observada em série histórica.

Quando tratadas as causas políticas, no Capítulo IV, a abordagem abrangeu a os custos orçamentários de pertencer à União Europeia, colocando que existem problemas causados pela burocracia da EU, mas que a contribuição britânica é bastante diminuída e que isso deveria contar pouco na ponderação. Além disso é colocado a importância dos partidos de direita, que têm seu maior expoente no United Kingdom Independence Party (UKIP), o qual vem há anos buscando a separação através da mídia e da sua representação no Parlamento Europeu e, segundo Tony Blair (2016), os partidos de esquerda em pouco fizeram frente na oposição a essa postura.

Contudo, a importância desse partido ter ganho relevância foi o fato de refletir o descontentamento do povo com a situação que vinha se desenrolando, o que acabou abrindo espaço na mídia e no aparato público para partidos como esse. Esse descontentamento foi então relacionado à falta de identificação dos britânicos com o resto da Europa, diferenças as quais realmente são existentes e que se analisadas a níveis psicológicos do medo da perda de sua identidade somado ao sentimento isolacionista e independentista são ainda mais presentes na psique desse povo.

Observando os dispostos anteriores, pode ser constatado que existem sim razões para a população desejar a saída, mas que na verdade tal saída não tem efeitos comprováveis sobre os fatores de crise para garantir a resolução dos problemas do Reino Unido. Assim, utilizando-se de uma visão intergovernamentalista, pode-se concluir que a Grã-Bretanha permaneceu na União Europeia apenas enquanto seus interesses estavam alinhados à instituição. Já aplicando uma observação utilitarista, observa-se que tal país fez “uso” da organização enquanto era conveniente para sua benesse interna. Mas quando essa “benesse” era para contribuir

com seus vizinhos, o povo britânico se colocou como contrário – demonstrando um perfil isolacionista e xenofóbico, tanto no sentido original quanto no utilizado hoje.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A economia internacional no século XX**: um ensaio de síntese. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100008>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ASHCROFT, Lord. **Leave to Remain**: Public opinion and the EU referendum. Lord Ashcroft Polls. 16 dez. 2015. Disponível em: <<http://lordashcroftpolls.com/2015/12/leave-to-remain-public-opinion-and-the-eu-referendum>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BARIFOUSE, Rafael. **'Nunca pensei que ia acontecer comigo', diz brasileiro alvo da xenofobia pós-Brexit no Reino Unido**. BBC Brasil, São Paulo, 12 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36790653>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

BARKER, Rodney. **Liberalism in the United Kingdom**. BBC News. 08 nov. 2004. Disponível em: <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/bbc\\_parliament/2400807.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/programmes/bbc_parliament/2400807.stm)>. Acesso em: 10 set. 2017.

BBC NEWS. **What is Thatcherism?** UK Politics. 10 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-22079683>>. Acesso em: 08 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **The Nigel Farage story**. UK Politics. 04 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-36701855>>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Migrant crisis**: Migration to Europe explained in seven charts. Europe. 04 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-34131911>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

BERNSTEIN, Jared. **The Brexit and budget austerity**: What's the connection? The Washington Post. 27 jun. 2016. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2016/06/27/the-brexit-and-budget-austerity-whats-the-connection/?utm\\_term=.f0baf15bc179](https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2016/06/27/the-brexit-and-budget-austerity-whats-the-connection/?utm_term=.f0baf15bc179)>. Acesso em: 08 out. 2017.

BLAIR, Tony. **Tony Blair**: Brexit's Stunning Coup. The New York Times. 24 jun. 2016. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2016/06/26/opinion/tony-blair-brexit-stunning-coup.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/06/26/opinion/tony-blair-brexit-stunning-coup.html?_r=0)>. Acesso em: 30 set. 2017.

CABLE, Vince. **Innovation and the UK's knowledge economy**. GOV.UK. 23 jul. 2014. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/innovation-and-the-uks-knowledge-economy>>. Acesso em: 27 set. 2017.

CHU, Ben. **Why did people really vote for Brexit? If we don't face the psychological reasons, we'll never bring Britain together**. Independent. 26 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/voices/brexit-eu-referendum-why-did-people-vote-leave-immigration-nhs-a7104071.html>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CIA. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/uk.html>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CITY OF LONDON. **About us**. Disponível em: <<https://www.cityoflondon.gov.uk/about-the-city/about-us/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **The Lord Mayor**. Disponível em: <<https://www.cityoflondon.gov.uk/about-the-city/the-lord-mayor/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

COELHO, Carlos; JESUS, Alfredo Sousa de; FERNANDES, José Manuel. **Cheque Britânico**. Euroogle. Disponível em: <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=355>>. Acesso em: 18 out. 2017.

DUCA, John V. **Subprime Mortgage Crisis**. 2007-2010. Federal Reserve History. Disponível em: <[https://www.federalreservehistory.org/essays/subprime\\_mortgage\\_crisis](https://www.federalreservehistory.org/essays/subprime_mortgage_crisis)>. Acesso em: 22 out. 2017.

DUNT, Ian. **Feature: Why does Britain have such a difficult relationship with Europe?** Politics.co.uk. 11 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.politics.co.uk/comment-analysis/2011/12/11/feature-why-does-britain-have-such-a-difficult-relationship>>. Acesso em: 10 out. 2017.

EUR-LEX. **Commission Regulation (EC) No 2257/94 of 16 September 1994 laying down quality standards for bananas (Text with EEA relevance)**. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31994R2257:EN:HTML>>. Acesso em: 30 set. 2017.

EUSTICE, Jorge. **Britain's farms would thrive outside of the EU**. The Telegraph. 23 fev. 2016. Disponível em:

<<http://www.telegraph.co.uk/news/earth/environment/12169948/Britains-farms-would-thrive-outside-of-the-EU.html>>. Acesso em: 20 set. 2017.

FARAGE, Nigel. **Nigel Farage: Why you should vote for Brexit this Thursday**. Independent. 20 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/voices/eu-referendum-brexit-nigel-farage-on-why-you-should-vote-to-leave-a7091021.html#gallery>>. Acesso em: 18 set. 2017.

FERREIRA, Joana. **United Kingdom GDP Growth Rate**. Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-kingdom/gdp-growth>>. Acesso em: 05 set. 2017.

FOSTER, Alice. **Brexit: Why should Britain leave the EU? Recap of key Brexit arguments**. Sunday Express. 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.express.co.uk/news/politics/680862/Brexit-why-should-Britain-leave-EU-immigration-UK-role-European-Union-democratic-deficit>>. Acesso em: 10 set. 2017.

FULL FACT. **The UK's EU membership fee**. 09 nov. 2017. Disponível em: <<https://fullfact.org/europe/our-eu-membership-fee-55-million>>. Acesso em: 20 out. 2017.

GROSS, Jenny. **London Mayor Boris Johnson likens exit from EU to escape from prison**. MarketWatch. 07 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/story/london-mayor-boris-johnson-likens-exit-from-eu-to-escape-from-prison-2016-03-07>>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **London Mayor Boris Johnson Sets Out His Case for 'Brexit'**. The Wall Street Journal. 23 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/london-mayor-boris-johnson-sets-out-his-case-for-brexit-1458745929>>. Acesso em: 22 set. 2017.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, nacionalismo, Estado**. Estud. av., São Paulo, v. 22, n. 62, p. 145-159, abr. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142008000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

HANSEN, Helle Schrøder. **Euroscepticism - A multidimensional understanding of the concept and a comparative analysis of public scepticism in Britain and Denmark**. Disponível em: <<http://projekter.aau.dk/projekter/files/14405753/thesis.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

HERZOG, Alexander. **O que é a Economia do Conhecimento e quais são suas implicações para o Brasil? Um ensaio sobre a nova economia e o futuro do**

**Brasil.** Disponível em: <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/2926118.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

HM Land Registry. **House Price Index for:** United Kingdom. Disponível em: <<http://landregistry.data.gov.uk/app/ukhpi/explore>>. Acesso em: 10 out. 2017.

JOHNSTON, Philip. **Do you want sovereignty back? Then vote to leave the EU.** The Telegraph. 08 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/newsttopics/eureferendum/12146990/Do-you-want-sovereignty-back-Then-vote-to-leave-the-EU.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

KLUGER, Jeffrey. **How Psychology Made the Brexit Vote Inevitable.** TIME. 24 jun. 2016. Disponível em: <<http://time.com/4381837/brexit-psychology>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LAWLESS, Jill. **From benefits to bendy bananas:** Fact-checking UK's EU debate. AP News. 05 mar. 2016. Disponível em: <<https://apnews.com/05d95f0c28b249bc8e848e66c7aef080/benefits-bendy-bananas-fact-checking-uks-eu-debate>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LEE, Stephen J.. **British Political History:** 1914-1995. Londres: Routledge, 1996.

LILLEY, Sasha. **On Neoliberalism:** An Interview with David Harvey. MR Online. 19 jun. 2006. Disponível em: <<https://mronline.org/2006/06/19/on-neoliberalism-an-interview-with-david-harvey>>. Acesso em: 10 set. 2017.

LYONS, Gerard. **Gerard Lyons:** We will prosper from Brexit. Evening Standard. 12 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.standard.co.uk/business/gerard-lyons-we-will-prosper-from-brexit-a3223606.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MACDONALD, Ewan B. **Tackling the Failures of the Welfare State – “Thinking the Do-able”.** Disponível em: <[https://www.gla.ac.uk/media/media\\_166963\\_en.pdf](https://www.gla.ac.uk/media/media_166963_en.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2017.

MIGRATION Watch UK. **Net Migration Statistics.** Disponível em: <<https://www.migrationwatchuk.org/statistics-net-migration-statistics>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MOSELEY, Tom. **The rise of the word Brexit.** BBC News. 25 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-37896977>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

NEWSTATESMAN. **Meeting our makers**: Britain's long industrial decline. Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/culture/culture/2013/01/meeting-our-makers-britain%E2%80%99s-long-industrial-decline>>. Acesso em: 15 out. 2017.

NYE, Malory. **Downton Abbey and the Rise of Ukip**: Soft Nationalism and the Politics of Nostalgia. HuffPost UK. 07 out. 2014. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.co.uk/malory-nye/downton-abbey-and-ukip\\_b\\_5940194.html](http://www.huffingtonpost.co.uk/malory-nye/downton-abbey-and-ukip_b_5940194.html)>. Acesso em: 20 set. 2017.

OLIVER, Tim. **Theory and Brexit**: can theoretical approaches help us understand Brexit? London School Of Economics, Londres, 14 mar. 2017. Disponível em: <<http://blogs.lse.ac.uk/brexit/2017/03/14/theory-and-brexit-can-theoretical-approaches-help-us-understand-brexit/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

OSÓRIO, Luiz F. B. **A Integração Econômica via União Europeia**: lições para a América do Sul? Ipea, p. 52-53, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6905/1/td\\_2219.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6905/1/td_2219.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

OWEN, Lord. **Lord Owen**: 'EU has tested us to breaking point – it's time to leave'. The Sun. 24 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.thesun.co.uk/archives/politics/250538/lord-owen-eu-has-tested-us-to-breaking-point-its-time-to-leave>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PARLIAMENT. **Magna Carta (1215) to Henry IV (1399)**. Disponível em: <<http://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/originsofparliament/birthofparliament/keydates/1215to1399>>. Acesso em: 10 set. 2017.

PAZZANESE, Christina. **In Europe, nationalism rising**. Harvard Gazette. 27 fev. 2017. Disponível em: <<http://news.harvard.edu/gazette/story/2017/02/in-europe-nationalisms-rising/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, junho 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200010>.

REKLAITIS, Victor. **Brexit push amps up with 'Brexit: The Movie'**. MarketWatch. 13 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.marketwatch.com/story/brexit-push-amps-up-with-brexit-the-movie-2016-05-12>>. Acesso em: 10 set. 2017.

REUBEN, Anthony. **Reality Check: Are we giving £350m a week to Brussels?** BBC News. 22 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-eu-referendum-36110822>>. Acesso em: 20 out. 2017.

RILEY-SMITH, Ben. **Boris Johnson: Leaving EU would be like 'prisoner escaping jail'**. The Telegraph. 06 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/newsttopics/eureferendum/12184958/EU-referendum-Boris-Johnson-outlines-case-for-Brexit-on-Andrew-Marr-Show-live-updates.html>>. Acesso em: 19 set. 2017.

ROBERTSON, Ian. **The Psychology of Brexit - Seven Reasons Why England Voted Leave**. HuffPost UK. 27 jun. 2016. Disponível em: <[http://www.huffingtonpost.co.uk/professor-ian-robertson/brexit-eu-referendum\\_b\\_10668386.html](http://www.huffingtonpost.co.uk/professor-ian-robertson/brexit-eu-referendum_b_10668386.html)>. Acesso em: 23 set. 2017.

ROGERS, Simon. **How Britain changed under Margaret Thatcher**. In 15 charts. The Guardian. Londres, 08 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/politics/datablog/2013/apr/08/britain-changed-margaret-thatcher-charts>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SILVA, Karine de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL**. Florianópolis: Ed. UFSC/FUNJAB, 2013.

SPRINGFORD, John. **Is immigration a reason for Britain to leave the EU?** Londres: Centre For European Reform, 2013. Disponível em: <[http://www.cer.eu/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2013/pb\\_imm\\_uk\\_27sept13-7892.pdf](http://www.cer.eu/sites/default/files/publications/attachments/pdf/2013/pb_imm_uk_27sept13-7892.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2017.

SWINFORD, Steven. **Election 2015: How David Cameron's Conservatives won**. The Telegraph. 08 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/general-election-2015/11592230/Election-2015-How-David-Camerons-Conservatives-won.html>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TABORDA, Joana. **United Kingdom Unemployment Rate**. Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-kingdom/unemployment-rate>>. Acesso em: 05 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **United Kingdom Inflation Rate**. Trading Economics. Disponível em: <<https://tradingeconomics.com/united-kingdom/inflation-cpi>>. Acesso em: 05 set. 2017.

THE GUARDIAN. **UK GDP since 1955**. Datablog. 25 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/datablog/2009/nov/25/gdp-uk-1948-growth-economy#data>>. Acesso em: 12 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Página de perfil de Peter Wilding**.

Disponível em: <<https://www.theguardian.com/profile/peter-wilding>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

THE NEW YORK TIMES. **Britain to make its final payment on World War II loan from U.S.**: Business - International Herald Tribune. 28 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/12/28/business/worldbusiness/28iht-nazi.4042453.html>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

TRAN, Mark. **EU agriculture policy 'still hurting farmers in developing countries'**. The Guardian. 11 out. 2011. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/global-development/poverty-matters/2011/oct/11/eu-agriculture-hurts-developing-countries>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TYLER, Gloria. **The financial sector's contribution to the UK economy**. The House of Commons Library. UK Parliament. 04 abr. 2017. Disponível em: <<http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN06193>>. Acesso em: 14 out. 2017.

UK INDEPENDENCE PARTY. **The Constitution**. Disponível em: <[http://www.ukip.org/the\\_constitution](http://www.ukip.org/the_constitution)>. Acesso em: 27 set. 2017.

UNESCO. **Xenophobia**. International Migration. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/international-migration/glossary/xenophobia/#topPage7>>. Acesso em: 12 out. 2017.

UNIÃO EUROPEIA. **Agricultura**. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/topics/agriculture\\_pt](https://europa.eu/european-union/topics/agriculture_pt)>. Acesso em: 10 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parlamento Europeu**. Disponível em: <[https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament\\_pt#overview](https://europa.eu/european-union/about-eu/institutions-bodies/european-parliament_pt#overview)>. Acesso em: 10 set. 2017.

VARGAS-SILVA, Carlos; RIENZO, Cinzia. **Migrants in the UK: An Overview**. The Migration Observatory. 21 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.migrationobservatory.ox.ac.uk/resources/briefings/migrants-in-the-uk-an-overview>>. Acesso em: 10 set. 2017.

WIGMORE, George. **The psychology of Brexit – and how it could swing the vote**. City, University of London. 03 mai. 2016. Disponível em:

<<https://www.city.ac.uk/news/2016/may/the-psychology-of-brex-it-and-how-it-could-swing-the-vote>>. Acesso em: 10 set. 2017.

WILDING, Peter. **Stumbling towards the Brexit**. ActivEU Blog. 15 mai. 2012.  
Disponível em: <<https://blogactiv.eu/blog/2012/05/15/stumbling-towards-the-brex-it/>>  
Acesso em: 22 jun. 2017.

## ANEXO A

# Autonomia, imigração e controle: britânicos explicam por que apoiaram saída do Reino Unido da UE

- 25 junho 2016

**Para que o Reino Unido tenha controle sobre sua leis e finanças, para livrar-se dos burocratas da União Europeia, por mais controle no fluxo migratório, para não pagar por economias quebradas como as de Portugal e Grécia.**

Após a divulgação do resultado, os eleitores que optaram pela saída da UE no plebiscito de quinta-feira vêm refletindo sobre sua decisão. Abaixo, eles explicam seus argumentos para terem assinalado "Leave" e criticam as medidas para tentar reverter a decisão, como a petição que pede uma nova consulta e já tem mais de dois milhões de assinaturas.

## Mike James, 64, Surrey

---

Votei para deixar a UE, mas o resultado foi, francamente, uma surpresa para mim, como foi para muitas pessoas.

Eu sou muito pró-Europa e o Reino Unido ainda é parte da Europa, mas a UE hoje tem pouca ou nenhuma semelhança com a que eu votei há muitos anos.

Não amadureceu e sua ideologia é falha. O Reino Unido tem tido muito pouca influência sobre as decisões tomadas na UE e as leis e soberania deste país foram erodidas e ameaçadas.

Espero que o Parlamento britânico seja responsável ante à população votante para realizar as suas promessas e políticas.

Se o governo não fizer isso, ele pode ser tirado pelo voto e substituído. Nós não precisamos da aprovação da UE para governar o nosso país.

Nosso governo precisa nomear os melhores negociadores para realizar o processo de saída e estabilizar a incerteza atual. Discutir sobre o resultado é inútil e antidemocrático na arena política.

A população do Reino Unido precisa se juntar agora. O processo democrático acabou. Precisamos mostrar aos outros na Europa que grandes reformas na UE são necessárias se é para continuarmos.

## Jean White, 67, Sheffield

---

Votei a favor da adesão à Comunidade Econômica Europeia há 40 anos. Votei para o que pensava que era o livre comércio entre o Reino Unido e os seis países fundadores.

Não votei para o que a UE estava se tornando, o que parecia ser um estado federal dirigido por burocratas de Bruxelas que, creio, não servem os interesses de qualquer dos Estados membros da UE.

Por esta razão, votei pela saída na quinta-feira. Apesar de ter sentido alguma ansiedade, eu também me sinto esperançosa.

Não tenho dúvidas de que veremos alguns tempos de turbulência econômica inicialmente, mas vimos turbulência econômica durante a recessão, e antes disso, com as altas taxas de juros e de inflação dos anos 1970 e 80.

Como uma eleitora que votou pela saída, ainda sou europeia. Ainda acredito em acordos comerciais mutuamente benéficos, tanto com a Europa quanto com o resto do mundo, e apoio a imigração controlada.

A Grã-Bretanha foi, é e continuará a ser um grande país. Sou otimista. Devemos ver o "Brexit" como uma oportunidade.

## **Susan Mitchell, 55, Newport, Wales**

---

Votei para deixar a UE, porque sinto que o público britânico é considerado insignificante.

Precisamos ser capazes de tomar nossas próprias decisões, que nos afetam, incluindo nossas leis e nossos gastos e, não menos importante, quanto dinheiro vai para a UE.

A quantidade de dinheiro que enviamos para a UE é atroz.

O governo pediu um voto para ficar ou sair da UE e as pessoas votaram pela saída.

O resultado da votação deve ser respeitado. Caso contrário, os eleitores deste país só terão voz quando o resultado é o que os políticos querem ouvir.

Deve ser lembrado que esta é uma democracia e todos devem respeitar os desejos da maioria.

## **Andy Davies, 32, Nottingham**

---

Votei pela saída, mesmo tendo em conta o impacto que isso pode ter sobre o meu trabalho.

Era hora de tomarmos o controle de nosso próprio destino e os interesses do público britânico.

Temos sido um fantoche da Europa por muito tempo, tendo que pagar uma quantia exorbitante de dinheiro pelo privilégio.

Todo o dinheiro que gastamos sendo um membro da UE poderia ter sido gasto em outras questões muito mais importantes, tais como os salários dos médicos, em vez de apoiar os países que não conseguem controlar suas próprias economias como a Grécia, Espanha e Portugal.

Existem muitas razões pelas quais este período vai ser difícil, especialmente para meus empregadores e clientes. Já vimos os impactos nas taxas de câmbio.

Não sabemos como isso vai afetar nossas condições comerciais gerais. O restante dos ativistas que está fazendo uma convocação para uma nova votação deveria ter vergonha.

A taxa de participação foi a mais alta em muitos anos, até mais do que a última eleição geral.

O público britânico saiu em seus milhões para expressar a opinião que resultou na saída da UE.

Se fôssemos fazer uma nova votação, isso afetaria completamente quaisquer futuras votações públicas neste país.

Assim, mesmo depois de ouvir tudo o que pode acontecer, não iria mudar a forma como votei.

## **Howard Caney, London**

---

Votei pela saída e estou satisfeito por ter feito isso. Foi o resultado que queria e agora podemos começar a tomar o controle de nossas próprias finanças.

Todos os meus amigos também votaram pela saída. Não faz sentido estar dentro. Como advogado, vejo a legislação absurda da Europa na qual nós não temos voz.

Não tenho um problema com a imigração, mas ela precisa ser mantida sob controle, para ajudar o nosso sistema nacional de saúde e o sistema de benefícios.

Não podemos continuar a socorrer os países mais pobres. Se houvesse um teste mais rigoroso dos que estão vindo para cá, talvez teria votado para ficar.

Estou mais do que feliz com a minha escolha. Sabíamos que a libra iria cair, mas dê a ela um par de meses e isso não afetará muito a nossa economia.

Ela vai crescer, com mais mercados se abrindo, os quais eram anteriormente restritos pela UE. Os alemães ainda vão nos vender carros e os franceses vão nos vender vinho. Nós ainda podemos viajar para lá.

As pessoas estão com medo de mudança. Parece que tomaram a atitude corajosa e outros podem seguir.

## **Simon Crane, Brighton**

---

Votei pela saída e depois de ler as reações de alguns na Europa e aqui, estou convencido de que votei na direção certa.

Esta era para ser uma eleição democrática, mas aqueles que perderam estão procurando um segundo plebiscito e agora estamos sendo intimidados para uma saída rápida por aqueles em posições de poder na Europa. Isso não é uma resposta democrática.

A Escócia agora quer um segundo plebiscito sobre a independência. Eles não estavam conscientes quando eles tiveram o primeiro que o Brexit poderia vir no futuro?

Se a Escócia quer tornar-se independente e ficar dentro da UE, então eu desejo-lhes a melhor sorte.

## ANEXO B

# ***NIGEL FARAGE: WHY YOU SHOULD VOTE FOR BREXIT THIS THURSDAY***

I believe we're big enough and good enough to govern our own country. If we Remain, we'll get swept up into a United States of Europe

- [Nigel Farage](#)
- [@Nigel\\_Farage](#)
- Monday 20 June 2016 08:22 BST
- [392 comments](#)

The decision we face on Thursday is one which is fundamentally about who we are as a nation.

Remain would mean we stay part of a political union that makes the majority of our laws, which is engulfed in a calamitous eurozone crisis, and which has clear ambitions for further, deeper integration – including plans for a full EU army.

Leaving would mean that we would be taking back control. That those we elect as MPs would be the ones who make and decide our laws, rather than a bunch of unelected old men in Brussels who most people cannot name and who we cannot vote for or remove. Leaving the European Union would revitalise our democracy and mean that the big decisions were made by us instead of for us. I believe we're big enough and good enough to govern our own country.

The fact is that the European Union is a hopelessly outdated, stagnant, failed project. It is inwards looking in a global world, painfully ill-

equipped to deal with the realities of the globalised world we now find ourselves in. Just look at how the EU has gone from one disaster to another, including a Eurozone crisis that has been the cause of huge amounts of human misery.

Don't forget that so many who now insist that we would be diminished as a nation if we leave the EU said that our economy would suffer if we did not join the euro. They were wrong then and they are wrong now.

Just as it was a historic, wise decision not to join the euro, it would be equally as wise for us now to untangle ourselves from a European Union that is restraining our country's potential.

EU membership increasingly holds us back from representing our own interests on the world stage. We are unable to negotiate global trade deals because we have to allow the EU do it on our behalf. But outside we would be free to act in our own national interest, unrestrained by EU bureaucracy.

As an independent country we would be free to cooperate and trade with our European neighbours whilst re-engaging with the wider world including our kith and kin in the Commonwealth.

So this decision is not about isolating ourselves in any way. It's about us taking back control of our own destiny as a nation and being free to blaze our own trail in the world.

The EU cannot be reformed. It will continue down a path of deeper, full political integration. If we remain inside we will be swept up in a United States of Europe with open borders and which is soon to expand with the addition of more countries as full EU members.

This decision is a defining moment in the history of our country. I hope that we vote to Leave and to take our place on the world stage as a country focused on the wider, global picture, free and able to act in our own national interest. On Thursday, vote to leave the EU and let's make 23 June our Independence Day.

## ANEXO C

TONY BLAIR: BREXIT'S STUNNING COUP

BY TONY BLAIR JUNE 24, 2016

10 Downing Street on Friday morning.

London — THE decision of British voters in Thursday's referendum to leave the European Union will have vast consequences for Britain, for Europe and for the world. For a day, the British people were the government, and by 52 percent to 48 percent, they took the decision to go.

I was a British prime minister who believed completely that Britain's future lay in Europe. I was the prime minister responsible for legislating substantial self-rule in Scotland so that it would remain part of the United Kingdom. I negotiated the Good Friday Agreement so that Northern Ireland could be at peace within Britain. Because the result of the referendum has put so much of this at risk, Friday became a day of great personal, as well as political, sadness.

The immediate impact of the Brexit vote is economic. The fallout has been as swift as it was predictable. At one point on Friday, the pound hit [a 30-year low](#) against the dollar, and a leading British stock index [had dropped](#) more than 8 percent. The nation's credit rating is [under threat](#).

The lasting effect, however, may be political, and with global implications. If the economic shocks continue, then the British experiment will serve as a warning. But if they abate, then populist movements in other countries will gain momentum.

How did this happen? The right in British politics found an issue that's causing palpitations in the body politic the world over: immigration. Part of the Conservative Party, allied with the far-right U.K. Independence Party, took this issue and focused its campaign to leave Europe on it. This strategy could not have succeeded, though, without finding common cause with a significant segment of Labour voters.

These Labour supporters did not get a clear message from their own party, whose leader, Jeremy Corbyn, was lukewarm about remaining in the union. They were drawn by the Leavers' promise that Brexit would bring an end to the country's perceived immigration problems. And, worried about their flatlining incomes and cuts in public spending, these Labour voters saw this vote as an opportunity to register an anti-government protest.

The strains within Britain that led to this referendum result are universal, at least in the West. Insurgent movements of left and right, posing as standard-bearers of a popular revolt against the political establishment, can spread and grow at scale and speed. Today's polarized and fragmented news coverage only encourages such insurgencies — an effect magnified many times by the social media revolution.

It was already clear before the Brexit vote that modern populist movements could take control of political parties. What wasn't clear was whether they could take over a country like Britain. Now we know they can.

Those in the political center were demonized as out-of-touch elites, as though the people leading the insurgency were ordinary folks — which, in the case of the Brexit campaign, is a laughable proposition. The campaign made the word “expert” virtually a term of abuse, and when experts warned of the economic harm that would follow Brexit, they were castigated as “scaremongers.” Immigrants were described as a bunch of scroungers coming to grab Britons' jobs and benefits when, in reality, the recent migrants from Eastern Europe contribute far more in taxes than they take in welfare payments. And besides, immigration to Britain from outside the European Union will not be affected by the referendum decision.

The political center has lost its power to persuade and its essential means of connection to the people it seeks to represent. Instead, we are seeing a convergence of the far left and far right. The right attacks immigrants while the left rails at bankers, but the spirit of insurgency, the venting of anger at those in power and the addiction to simple, demagogic answers to complex problems are the same for both extremes. Underlying it all is a shared hostility to globalization.

Britain and Europe now face a protracted period of economic and political uncertainty, as the British government tries to negotiate a future outside the single market where half of Britain's goods and services are traded. These new arrangements — to be clear about the scale of the challenge — must be negotiated with all the other 27 countries, their individual parliaments and the European Parliament. Some governments may be cooperative; others won't want to make leaving easy for Britain, in order to discourage similar movements.

Britain is a strong country, with a resilient people and energy and creativity in abundance. I don't doubt Britons' capacity to come through, whatever the cost. But the stress on the United Kingdom is already apparent.

Voters in Scotland [chose by a large margin](#) to remain in Europe, with the result that there are renewed calls for another referendum on Scottish independence. Northern Ireland has benefited from virtually open borders with the Republic of Ireland. That freedom is at risk because the North's border with the South now becomes the European Union's border, a potential threat to the Northern Ireland peace process.

If the people — usually a repository of common sense and practicality — do something that appears neither sensible nor practical, then it forces a period of long and hard reflection. My own politics is waking to this new political landscape. The same dangerous impulses are visible, too, in American politics, but the challenges of globalization cannot be met by isolationism or shutting borders.

The center must regain its political traction, rediscover its capacity to analyze the problems we all face and find solutions that rise above the populist anger. If we do not succeed in beating back the far left and far right before they take the nations of Europe on this reckless experiment, it will end the way such rash action always does in history: at best, in disillusion; at worst, in rancorous division. The center must hold.